
Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Mauro Condé | Imagem: [IEA/USP](#)

Historicidade das ciências – Resenha de “Historiografia da Ciência na América do Sul: recepção, reflexão e produção (Argentina, Brasil e Uruguai)”, dossiê organizado por Mauro Condé, na revista *Transversal*

Itamar Freitas (UFS)

Resumo: O dossiê “Historiografia da Ciência na América do Sul”, organizado por Mauro Condé e publicado na *Transversal: International Journal for the Historiography of Science* visa fortalecer laços entre pesquisadores sul-americanos. Equivoca-se em generalizações conceituais e excessos interpretativos, mas acerta ao diversificar temas, incentivar a descolonização epistemológica e valorizar experiências nacionais como o SUS.

Palavras-chave: historiografia da Ciência; Epistemologia Histórica; Mauro Condé.

No Brasil, circulam, aproximadamente, 190 revistas autodesignadas (em seu foco e escopo) “de História” (*Resenha Crítica*, 2021). Um quinto desses periódicos explora questões e objetos escanteados pelos historiadores por formação inicial (graduados em História), como Direito, Educação, Ensino, Enfermagem, Esporte, Matemática e Medicina. Não é tanto por má vontade ou pré-conceito, como eu julgava há uma década, e sim pelo fato de a demanda por narrar a historicidade das coisas estar em todos os cantos da vida prática. É isso que explica, provavelmente, a criação recente de uma revista especializada em crítica e narrativa da escrita histórica sobre a ciência – *Transversal: International Journal for the Historiography of Science* (UFMG, 2016). Foi esse periódico quem publicou, no dia de Natal, o dossiê “Historiografia da Ciência na América do Sul, reunindo oito pesquisadores que tratam de experiências argentinas, brasileiras e uruguaias.



Com esse dossiê, o periódico visa ao fortalecimento das interações entre pesquisadores da Argentina, Brasil e do Uruguai, no que diz respeito à pesquisa sobre História e Filosofia da ciência. Esse é o objetivo principal anunciado pelo organizador Mauro Condé. Não sei se por questões de ética prática ou mesmo por crença, o apresentador reitera uma tendência recentíssima nos trabalhos do gênero: é necessário descolonizar as narrativas sobre a ciência por meio da percepção e da reflexão de ideias estrangeiras acerca do assunto em seu contexto de recepção. Na sequência, entretanto, Condé toma para si a conhecida tese de que determinadas ideias estavam fora do lugar, exemplificando com o caso de Pedro Américo a partir do qual ressuscita a hipótese de que o Brasil não estava preparado para compreendê-las: “ainda não havia uma cultura científica [...] demoraria 100 anos até que Pedro Américo tivesse leitores adequados à sua tese” (p.2-3).

É exatamente essa tese já tornada máxima no senso comum que o primeiro texto vai (indiretamente) refutar. Em “Historicidade, historiografia e esperança – A Economia Moral da Saúde”, Tiago Santos Almeida não toma as ideias, necessariamente, sobre história da ciência como elementos acabados e nacionalizados passíveis de serem compreendidos, ou não, em seus termos, digamos, originais, em territórios pedregosos, como o brasileiro. Ao estudar a realização teórico-prática do Serviço Único de Saúde (SUS), ele reconhece uma jabuticaba revolucionária: os brasileiros que pensaram o Sistema, lá pelos idos da década de 80 do século passado, inseriram a historicidade como categoria epistemológica e conteúdo substantivo curricular a fim de “colocar a ciência e a tecnologia a serviço de certos valores democráticos e emancipatórios, para produzir novas práticas de saúde, para produzir normatividades” (p.7). Nesse caso, não se discute se os médicos sanitaristas brasileiros estavam, ou não, preparados para compreender as “escolas” (uso, inadequado do termo, a meu ver) de história médica “teuto-americana” e de história epistemológica “francesa”. Inspirados em ideais coletivistas e socialistas, eles simplesmente combinaram, por exemplo, M. Foucault e G. Canguilhem para produzir a mais bem sucedida política de saúde pública no mundo: o nosso velho, combalido e, agora, heroico, SUS.

No artigo seguinte, a historicidade é problematizada em termos de postulado conhecido há um século e meio, mas reificado por Lucien Febre: o maior dos pecados do historiador é o anacronismo. No texto da argentina Marcela Renée Becerra Batán, a disputa entre o presente dominando o passado e o passado dominando o presente, na interpretação das fontes e na construção da narrativa histórica profissional, é comunicada sob o título: “Entre recepção e reflexão – notas para uma avaliação epistemológica atual em torno do whiggismo e do presenteísmo na proposta historiográfica de Guilherme Boido [(1941-2013)”. A autora apresenta eventos da carreira acadêmica de Boido, ativista da ciência e perseguido pela ditadura militar, descreve as críticas do professor às perspectivas extremas – “whiggismo” e “presentismo” –, expõe as recentes leituras sobre as formas de abordar essa disputa (disputa aporética, no meu julgamento), didatizando as possibilidades de um presenteísmo que não recai em uma espécie de niilismo relativista. Até aqui, temos uma informação relevante para o domínio e a tentativa de avaliar o trabalho de Boido sob novo ângulo. Entretanto, quando a própria autora se apoia em Braunstein para declarar que Boido “foi capaz de pensar esses temas no quadro da disputa ‘Whiggismo vs. historicismo’ (ou ‘Whiggismo vs. contextualismo’) tal como se desenvolveu no debate dos países anglo-saxões, mas não no quadro que se desenvolveu a esse respeito na esfera francesa”, uma nota destoante se encastela no artigo: qual seria a contribuição dessa declaração para uma história da historiografia da ciência na Argentina hoje? Qual valor seria acrescentado à obra de Boido se ele também se apropriasse da discussão nos termos do que ocorria na Europa francófona?

O anacronismo combatido por Marcela Batán, por intermédio do personagem Guilherme Boido, parece respingar no trabalho de María Laura Martínez – “Os primeiros dias da história da ciência no Uruguai: seus primeiros cursos e praticantes” –, que afirma: “a história da ciência habitualmente praticada pelas figuras citadas [Desiderius Papp, inclusive] concentrava-se na periodização, no registro das descobertas e publicações científicas ou na enumeração de datas e autores” (p.13). É o lugar comum da “história positivista” referida também por Batán. Um vício experimentado pelos historiadores com formação inicial em História. Martínez não ousa maiores tipificações sobre a História e a Filosofia das Ciências praticadas a partir dos anos 40 do século passado, no Uruguai, além das menções às referências europeias de seus personagens. Mas descreve, didaticamente, as iniciativas institucionalizadas de ensino de história das ciências: cursos, apoios, trajetórias acadêmicas, aportes teóricos transnacionais e, principalmente, ideias de Ciência da História, Filosofia da História, História da Ciência professadas pelo belga Paul Schurmann e pelo húngaro Desiderius Papp, deixando pistas sobre uma possível valorização da disciplina História da Ciência para a própria produção do conhecimento científico em vários domínios acadêmicos. Agindo dessa maneira despretensiosa, ela presenteia os colegas com a oportunidade de explorar uma ideia que atravessa a experiência desses professores: eles reconheciam a historicidade de gênios e pessoas comuns e o caráter temporal e social das suas atividades, mas atribuíam protagonismo a entidades, como o progresso e a evolução. Além disso, entendiam que manufaturar História da Ciência era considerar o todo como a conjugação de partes justapostas, ou seja, a história das disciplinas conformaria a História

da Ciência que, ao fim e ao cabo, conformaria a história da humanidade, algo bem próximo ao que pensavam os historiadores por formação e bem distante do “espírito” antimetafísico, formalmente, defendido pelos colaboradores desse dossiê.

O quarto artigo trata da recepção do conhecimento entre saberes da história da ciência e de coletivos não acadêmicos – “[Coprodução figurativa]: Recepções inesperadas da História da Ciência”. Problematizando um caso raro em que a ideia de testemunho (a autoridade do depoimento de quem, traumáticamente, experimentou o fato) professada pela historiadora da ciência Verónica Tozzi Thompson foi empregada por um magistrado para validar uma decisão judicial, María de los Ángeles Martini toma partido por uma epistemologia comunitarista (em oposição a uma epistemologia individualista), ou seja, ela defende que a legitimidade do conhecimento científico é adquirida no interior de corporações, sendo, portanto, moral, político e social. O caso concreto em que uma filosofia “narrativista” (H. White) e uma epistemologia “comunitária (M. Kusch) dá suporte a uma condenação judicial é empregado pela autora para demonstrar o valor potencial da categoria “coprodução figurativa”.

Essas assertivas de Martini me estimulam a fazer dois comentários não, necessariamente, críticos ao seu texto. O primeiro deles tem a ver com a filosofia da História produzida por Tozzi Thompson. Aqui a historicidade das teorias da História sai prejudicada na medida em que a crítica à função do testemunho como base de uma representação “verdadeira e imparcial dos eventos passados” existe um século antes das formulações narrativistas de White. Neste caso, filósofos da ciência devem ler mais a história dos historiadores da ciência da História. O “novo” da filosofia narrativista da história fica, então, bastante desbotado.

Sobre a epistemologia comunitária, notadamente a natureza do testemunho, diria que a adequabilidade da proposta está restrita à natureza do exemplo dado, ou seja, à recepção de um texto produzido na Filosofia da História na esfera do judiciário. Digo isso porque as expressões “testemunho” e “usos do testemunho” não possuem o mesmo significado para a representação do passado demandada no judiciário e para a representação do passado demandada em corporações (comunidades) de historiadores. Estes podem encerrar o seu texto a qualquer momento, com um “possível”, “provável” ou “incerto”, mas os juízes devem decretar o “aconteceu dessa forma”. Paradoxalmente, a filosofia da história e a epistemologia da história que geram essa noção sofisticada de testemunho acabam por fortalecer uma demanda judiciária por contar as coisas “como realmente aconteceram”. Além disso, para grande parte dos historiadores, a fala dos que sofreram não bastaria para legitimar o estabelecimento de um fato. Por uma série de razões que não podemos discutir aqui, historiadores (que não necessariamente trabalham para gerar tecnologias sociais ou reparações) ainda fazem distinções entre historiografia e memória. Esses comentários, é claro, fariam mais sentido se a autora do artigo estivesse a defender essa nova noção de testemunho para a construção da escrita da História da Ciência, algo que ela não faz (é necessário registrar).



Verónica Tozzi Alexandre Koyré Guillermo Boido | Imagens: [S. Ginnobili](#), [Babelio](#) e [Internet Archive](#)

No quinto artigo, escrito por Juan A. Queijo Olano, a meta é narrar as razões, acontecimentos e consequências da disputa em torno de cátedra de “Pensamento Científico”, na Universidade da República do Uruguai, envolvendo dois personagens: Desiderio Papp e Félix Cernuschi (“Cernuschi *vs.* Papp: uma disputa uruguaia sobre História da Ciência”). O texto tem um viés presentista: saber por que as coisas não aconteceram (como deveriam ter acontecido?), ou seja, “por que não foi possível formar um campo fértil para o estudo da História da Ciência, apesar de importantes expoentes de meados do século XX praticarem a disciplina de maneira profissional?” (p.2). Penso que a ocorrência da disputa já é razão suficiente para a escrita do artigo. Não apenas pelo que o próprio autor declara: a demanda por ensino superior de História da Ciência no Uruguai, devido ao desconhecimento dos historiadores “a respeito das ciências” e, o mais importante, o confronto entre pontos de vista sobre os critérios de validação da verdade científica. O autor explora com mais vagar o conflito entre o empirismo radical (de Cernuschi) e o racionalismo radical (de Papp), mas deixa pistas que podem ser analisadas por outros historiadores da ciência, dispostos a estudar as diferentes e complexas camadas de interesses econômicos e políticos que explicam o protagonismo desses intelectuais envolvidos com os saberes da Física e da Matemática. Tais registros estão no arsenal de critérios de que lançam mão para fazer valer sua vontade sobre o outro e que revelam, a meu ver, o caráter moral de toda verdade científica: a agência (individual/coletiva), o público (genérico/especializado), o gênero textual (artigo/livro), a contemporaneidade de problema (novidade/tradição), a instância de realização científica (teórica/prática).

O dossiê se encerra com três textos de autores brasileiros. Em “Algumas observações sobre a História da introdução de Alexandre Koyré no Brasil”, Marlon Salomon narra com fluidez as primeiras apropriações desse filósofo francês em contextos carioca e paulista. No Rio, Koyré foi apresentado ao público por marxistas althusserianos ligados ao mundo dos livreiros. Em São Paulo, Koyré foi traduzido e, depois, contestado por praticantes acadêmicos de História da Ciência – já institucionalizada na Faculdade de Filosofia e Letras da USP. Com esse estudo de apropriação, ficamos informados sobre filiações brasileiras – em termos de Epistemologia, História da Ciência (e lugar da História na História da

Ciência) – às propostas estadunidenses em São Paulo e francesas no Rio. O artigo desliza apenas em dois pontos: o primeiro é a indistinção, para o leitor, do emprego das categorias institucionalização, autonomização disciplinar e profissão (ou profissionalização), que ocorrem em contextos não, necessariamente, semelhantes, revelados no próprio texto; o segundo é a adoção da perspectiva (acusatória), inspirada em P. Bourdieu, de que as ideias, não raro, circulam, internacionalmente, desprovidas do seu contexto. (p.12). Penso que a resignificação das ideias a partir de demandas e peculiaridades locais é um fato e assim deve ser considerada. A desleitura (o erro, acaso etc.) das ideias choca o historiador erudito *pos factum*, mas ela é, no contexto local, elemento criador.

No segundo texto de autores nacionais, Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos fustiga os marcos clássicos de emergência das histórias e historiadores da ciência no Brasil. Ele (indiretamente) interroga: servem às histórias das ciências os problemas de produção, formação acadêmica, memória ou consumo escolar de ciências? Considerando legítimas essas quatro dimensões – por que não expandir os lugares de ciência para além do polígono Rio-Minas-São Paulo? –, Vasconcelos tem uma motivação, evidentemente: ao abordar o Gabinete (e, depois, Museu) de História Natural da Província do Ceará, instituído (veja o verbo), no último terço do século XIX, e pouco (ou nada) referido nos escritos históricos sobre a matéria, de modo lógico e com coerência ideológica, põe em questão as ideias de “nação” e de “ciência” empregadas, principalmente, nas histórias da ciência no/do Brasil. Vasconcelos só é injusto (com os marxistas) quando se refere ao “argumento marxista”, sem apontar os seus usuários, para denunciar a causa da perpetuação de uma memória “disciplinar” e “disciplinada” sobre a exclusiva prática científica circunscrita ao Sudeste do Brasil.

O último texto da coletânea aborda “O lugar da história na história da ciência” no “contexto brasileiro”. Usando o pensamento de Carlos Alvarez Maia, professor de História da Ciência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Andréa Mara Ribeiro da Silva Vieira sintetiza o que na sua visão é um problema atual: historiadores da Ciência não entendem de teoria e metodologia da História e Historiadores são pouco versados nos conhecimentos da Física, Química, Biologia, entre outras. O problema parece relevante e as soluções comunicadas por Vieira passam pela educação em mão dupla: formação dos alunos em pontos de vista histórico e adoção dos conhecimentos ciência como conteúdo substantivo. A autora faz, ainda, uma descrição do domínio no Brasil: um misto pouco articulado entre memória institucional e descrição dos instrumentos de reprodução do campo (disciplinas de graduação, cursos de pós-graduação, centros de pesquisa etc.) e assevera que História da Ciência é História. A relevância da relação e a reivindicação da formação biunívoca, contudo, não é óbvia, pois considera História, predominantemente, como meio/método de representação, e as ciências, como conteúdo substantivo, quando sabemos (e o próprio dossiê o revela) que a substância da ciência exige a compreensão de sua historicidade e a prática de representação do passado é efetivada segundo princípios dominantes de ciência moderna (indução, dedução, distância, objetividade, verdade etc.). Há duas décadas, historiadores da educação passaram pelo mesmo dilema. Descobriram, ao final, que os historiadores por formação não haviam produzido um discurso sobre a

natureza do campo ou da disciplina, suficientemente convergente (ou, segundo alguns, homogêneo) para integrar a História da Educação como subcampo ou subdisciplina da História.

O que tentei fazer aqui foi um apanhado dos acertos, dos deslizes e dos *insights* comunicados nas propostas de historicização de ideias e práticas caras ao escopo da revista *Transversal* em sua investida transnacional, no âmbito da América do Sul. Os resultados são, portanto, individualizados. Contudo, observando o dossiê como retrato e considerando os dossiês publicados nos últimos cinco anos, é necessário afirmar que a revista segue vitoriosa em sua tarefa de pluralizar os caminhos para pensar e praticar História e Filosofia da Ciência, discutindo segmentos da obra de Ludwig Wittgenstein, Georges Canguilhem, Pierre Duhem, como também o ensino científico, recortes de gênero e transposições e interações disciplinares.

Sumário do dossiê “Historiography of Science in South America: Reception, Reflection and Production (Argentina, Brazil and Uruguay)”

Historiography of Science in South America: Reception, Reflection and Production (Argentina, Brazil and Uruguay) | Mauro L. Condé

Historicity, Historiography, and HopeThe Moral Economy of Health | Tiago Santos Almeida

Between Reception and Reflection: Notes for a Current Epistemological Evaluation around Whiggism and Presentism in Guillermo Boido’s Historiographical Proposal | Marcela Renée Becerra Batán

The Early Days of the History of Science in Uruguay: Its First Courses and Practitioners | María Laura Martínez

Figural Co-ProductionUnexpected Receptions of the History of Science | María de los Ángeles Martini

Cernuschi vs. PappThe Uruguayan Dispute over the History of Science | Juan A. Queijo Olano

Some Remarks on the History of the Introduction of Alexandre Koyré in Brazil | Marlon Salomon

On the Writing of History of Science in Brazil in the Second Half of the 20th CenturyWhat is inside and outside | Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

The Place of History in the History of Science: Notes for Reflections in the Brazilian Context | Andréa Mara R. S. Vieira

Resenhista



Itamar Freitas é doutor em História (UFRGS) e em Educação (PUC-SP), professor do Departamento de Educação e do Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal de Sergipe, e editor do blog *Resenha Crítica*. Publicou, entre outros trabalhos, *Uma introdução ao método histórico* (2021) e “Objetividade histórica no Manual de Teoria da História de Roberto Pirgibe da Fonseca (1903-1986)”. ID: <https://orcid.org/0000-0002-0605-7214>; E-mail: itamarfreitasufs@gmail.com

Para citar esta resenha

CONDÉ, Mauro (Org). “Historiography of Science in South America: Reception, Reflection and Production (Argentina, Brazil and Uruguay)”. *Transversal: International Journal for the Historiography of Science*. Belo Horizonte, n.11, 2021. Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/transversal>>. Resenha de: FREITAS, Itamar. A historicidade das ciências. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, p.1-09, maio/jun. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Jean-François Braunstein | Foto: [Zoé Ducournau](#)

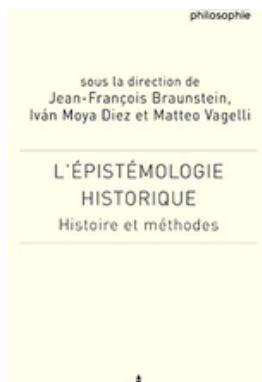
Poderes da Epistemologia Histórica – Resenha de *L'épistémologie historique: Histoire et méthodes*, organizado por Jean-François Braunstein, Iván Moya Diez e Matteo Vagelli

Tiago Santos Almeida (UnB)

Resumo: *L'épistémologie historique: Histoire et méthodes*, organizado por Jean-François Braunstein, Iván Moya Diez e Matteo Vagelli, visa atualizar debates sobre epistemologia histórica. Excede no viés internalista e pouca interação com história cultural, mas destaca pluralidade temática, coerência editorial e acesso aberto ao público.

Palavras-chave: Epistemologia Histórica; Jean-François Braunstein; história das ciências.

L'épistémologie historique. Histoire et méthodes (Paris: Éditions de la Sorbonne, 2019), organizado por Jean-François Braunstein e seus ex-alunos Iván Moya Diez e Matteo Vagelli, reúne algumas das comunicações apresentadas nas edições de 2015 e 2016 das *Journées d'épistémologie historique*.



Mais ou menos no mesmo período, meu colega Marcos Camolezi e eu fizemos e publicamos, no segundo número da revista *Intelligere*, uma [entrevista com Braunstein](#), então supervisor do nosso estágio de pesquisa na Université Paris 1. Num dos momentos mais interessantes da conversa, Marcos lembrou que, nas décadas finais do século XX, a Epistemologia Histórica “parecia uma ocupação de velhos, um assunto fora de moda” e, antecipando uma resposta vindicadora, questionou: “qual a situação da epistemologia histórica hoje?” (Almeida; Camolezi, 2015, p.159).

“Antes de mais nada”, Braunstein respondeu, “é preciso que nos entendamos sobre o que chamamos de epistemologia histórica. São os trabalhos de vocês que vão precisar o que ela é. Trata-se apenas de uma abordagem filosófica muito geral da História das Ciências, ou ela permite ir mais longe?” (Almeida; Camolezi, 2015, p.159). O “vocês”, no caso, se refere a um grupo de pesquisadores de diferentes nacionalidades, mas sobretudo europeus, que desenvolviam suas pesquisas de pós-graduação em Paris, animados pela abertura do arquivo pessoal e de trabalho de Georges Canguilhem localizado no CAPHÉS – Centre d’Archives en Philosophie, Histoire et Édition des Sciences, na *rue d’Ulm*, pela leitura renovada de Gaston Bachelard, pelo reconhecimento tardio de Michel Foucault como um historiador das ciências e pela tradução, em obras originais recentes, da *Épistémologie Historique* em *Historical Epistemology* e *Historische Epistemologie*.

Sentindo a mudança nos ares, aqueles jovens pesquisadores defenderam suas teses, organizaram eventos e publicaram artigos e livros exibindo, despudoradamente, o rótulo “epistemologia histórica”, como explícito neste livro. Na apresentação de *L'épistémologie historique. Histoire et méthodes*, assim como naquela entrevista publicada na revista *Intelligere*, a questão da relação entre a “velha” e a “nova” epistemologia histórica organiza a exposição do objeto. Numa ponta, os debates franceses que animaram as obras de Abel Rey, Bachelard, Canguilhem e Foucault; na outra, as contribuições originais de autores como Ian Hacking, Arnold Davidson, Hans-Jörg Rheinberger e Lorraine Daston.

Vê-se bem que a questão não era apenas de cronologia, mas também de geografia. Ao se perguntar se havia ou não uma relação substancial entre o que aqueles autores faziam sob o mesmo nome geral, os pesquisadores que, em 2015, reunidos na Sorbonne, fundaram a rede internacional *Épistémologie Historique – Research Network on the History and Methods of Historical Epistemology* ajudaram a anular a antiga interpretação que insistia em apresentar a epistemologia histórica como uma escola filosófica nacional francesa. Desde então, ela vem sendo explicada, sobretudo, como um “estilo” filosófico (Braunstein) de prática da História das Ciências, resultante de um processo transnacional de “historicização da epistemologia” (Rheinberger) que aconteceu em diferentes países da Europa a partir das primeiras décadas

do século passado. Foi assim que Braunstein e Rheinberger, mas também Daston, puderam reivindicar para a epistemologia histórica a obra do polonês Ludwik Fleck, ainda hoje visto por muitos como uma espécie de “fundador mítico” da sociologia do conhecimento.



Matteo Vagelli, Jean-François Braunstein e Iván Moya Diez | Imagem: [Hypotheses](#)

Após a apresentação escrita pelos organizadores, a honrosa tarefa de abertura do volume coube àquele que, na França, depois de Foucault, mais aproximou a epistemologia histórica da historiografia profissional: François Delaporte. Aluno de Canguilhem e Foucault, Delaporte, falecido no mesmo ano de publicação do livro, fez questão, naquele que talvez seja o último texto a receber sua autorização para publicação, de reforçar os traços distintivos do “estilo francês de História das Ciências”. Seu texto começa com uma longa citação de Foucault acerca da relação entre a historiografia francesa das ciências e a resposta de Kant à pergunta sobre a *Aufklärung*, tema que ocupou o filósofo-historiador francês nos seus últimos anos de vida. A tese de Foucault é que, na França, a *atitude de modernidade* da História das Ciências é uma consequência da confrontação kantiana do pensamento racional não apenas a partir da sua natureza e do seu fundamento, dos seus poderes e direitos, mas também da sua história e da sua geografia. A partir daí, Delaporte dá início a uma relevante análise historiográfica, começando pela importância da obra filosófica de Auguste Comte para a formação disciplinar da História das Ciências e da Medicina na França. Canguilhem sempre insistiu sobre essa questão, ao mesmo tempo que dirigia críticas demolidoras à tradição historiográfica positivista.

Delaporte também apresenta alguns dos traços daquele estilo francês de História das Ciências a partir da comparação com a chamada “escola germano-estadunidense” de História da Medicina, marcada pelos nomes de Henry Sigerist, Erwin Ackerknecht, Owsei Temkim, Charles Rosenberg, Georges Rosen e Richard Henry Shryock, que teriam dado uma orientação sociológica à disciplina. Tive a oportunidade de conversar sobre o tema com Delaporte nos poucos encontros que tivemos, inclusive durante uma de suas visitas ao Brasil, onde conseguiu imprimir sua marca na historiografia das doenças e da medicina tropical, sendo bastante lembrado pelo debate teórico-metodológico fundamental que inaugurou em torno da história da doença de Chagas. Diferente dele, entretanto, tenho insistido sobre a importância dos trabalhos de Sigerist e de Ackerknecht para a obra de

Canguilhem. A discordância de Delaporte, apesar das múltiplas referências de Canguilhem aos dois historiadores, tanto na obra publicada quanto em suas notas de cursos preservadas no CAPHÉS, era, no fundo, uma tentativa de deixar de fora da teoria da história do velho mestre certos elementos do debate entre ciência e ideologia que marcou o contexto intelectual francês entre o final dos anos 60 e o início da década seguinte. Delaporte considerava a questão como um assunto “menor” da obra tardia de Canguilhem, uma espécie de rara concessão que ele havia feito a Althusser e a alguns dos seus alunos que eram próximos do filósofo marxista, especialmente Dominique Lecourt e Pierre Macherey.

Delaporte ainda defende, em seu texto, a importância da obra de Alexandre Koyré para a formação do quadro teórico-metodológico da historiografia das ciências na França, sem o qual, ele afirma, não seria possível compreender, verdadeiramente, a originalidade da obra de Michel Foucault. O “desconhecimento dos axiomas metodológicos que foram aplicados por Bachelard, Koyré e Canguilhem bloqueia o acesso a *Naissance de la clinique*”, escreveu. “Certo, Foucault teve o cuidado de esclarecer que suas análises não são estudos de História das Ciências. Mas as ferramentas técnicas e conceituais mobilizadas em *Une archéologie du regard médical* são importadas do domínio da história das ciências” (p. 19).

Nessa reflexão sobre um *ethos* compartilhado, sua “atitude de modernidade”, a referência ao tema inicial da *Aufklärung* poderia ser retomada, pois foi a reflexão de Foucault sobre o tema kantiano que permitiu aos comentadores e historiadores da historiografia explicar o caráter político da epistemologia histórica, sua preocupação permanente com o presente, seu esforço para mostrar a arbitrariedade, o dogmatismo e a violência por trás daquilo que percebemos como natural e necessário, para, assim, abrir a possibilidade de novos futuros, novos modos de constituição do nosso ser histórico no presente (Almeida, 2019) – vem daí as ideias de “ontologia histórica” e de “biografia dos objetos científicos”, que Hacking e Daston, respectivamente, encontraram em Foucault.

Após a apresentação dos organizadores do livro e o texto de Delaporte, o livro é dividido em dois grandes blocos – *Historicités, objectivités, rationalités* e *Objets épistémiques, savoirs, Sciences* – que reúnem dezesseis artigos de média extensão. No primeiro, seguindo o habitual das pesquisas de pós-graduação em filosofia, encontramos comentários, ditos “retratos”, sobre os autores que compartilharam o estilo epistemológico-histórico ou compuseram o seu contexto intelectual de formação, sobretudo na França: Bachelard, Canguilhem, Foucault, Cavaillès e Althusser, notadamente, mas também Husserl, Hacking, Daston e Peter Galison. Já os textos do segundo bloco, nas palavras dos organizadores, levantam questões “sobre os procedimentos de constituição dos objetos que a epistemologia histórica irá estudar e sobre os problemas metodológicos concretos com os quais seus princípios são confrontados nesta ocasião” (p. 10). São tematizados a história das técnicas de observação nas ciências sociais, a historicidade e a formalização das matemáticas, a *épistémè* computacional da medicina, a genética das populações e o conceito de célula cancerosa, sem deixar de relacionar esses objetos a questões teóricas da abordagem, como a fenomenotécnica, o anacronismo e a velha questão da relação entre História das Ciências e “História geral”.



Michel Foucault, Georges Canguilhem e Louis Althusser | Imagens: [Filosófica Biblioteca](#), [Ex-isto](#) e [Wikimedia commons](#)

O esforço de coesão dos organizadores merece ser reconhecido, dado o caráter multifacetado das contribuições, como não poderia deixar de ser numa coletânea que reúne trabalhos inscritos livremente por seus autores em eventos que almejavam mesmo à pluralidade temática. O uso meramente tateante dos recursos metodológicos da epistemologia histórica por parte de alguns autores do volume não minimiza seus méritos por tê-los identificado. Pode-se lamentar que o livro tenha, ainda, um caráter muito internalista, negligenciando os frutíferos diálogos que a epistemologia histórica tem mantido com a história cultural e a geografia dos saberes, por exemplo. Aliás, a desconsideração pela virada espacial, que ajudaria a mostrar, inclusive, a força política dessa forma de crítica histórica das racionalidades científicas, é algo inevitavelmente percebido por qualquer leitor não europeu do livro.

A coletânea é um trabalho extremamente bem-intencionado e bem-vindo, que amplia e aprofunda a noção de epistemologia histórica ao esclarecer muitos elementos das obras dos filósofos-historiadores que compartilham o estilo. Precisamos também agradecer aos organizadores e à editora por disponibilizarem, gratuitamente, o livro para [download](#). Primeiro fruto de reflexões coletivas realizadas há mais de meia década, a comparação entre os textos publicados no livro e o desenvolvimento atual dos trabalhos de seus autores, em seus respectivos campos de investigação, permite responder afirmativamente àquela questão feita por Braunstein: sim, a epistemologia histórica pode ir mais longe.

Referências

ALMEIDA, Tiago S. e CAMOLEZI, Marcos. “Entrevista com Jean-François Braunstein”. *Intelligere*, vol. 2, n. 1, p. 159. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/114452>>.

ALMEIDA, Tiago Santos. “Erguendo barreiras contra o irracionalismo: História das Ciências e diagnóstico da atualidade em Gaston Bachelard”. *Tempo*. 2019, v. 25, n. 3, pp. 715-736. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2019v250310>>.

Sumário de *L'épistémologie historique: Histoire et méthodes*

Qu'est-ce que l'épistémologie historique ? Des « échantillons » plutôt que des « manifestes »
| *Jean-François Braunstein, Iván Moya Diez et Matteo Vagelli*

La clinique et les sources de l'histoire archéologique Historicités, objectivités, rationalités |
François Delaporte

Historicités, objectivités, rationalités

Relations entre logique, mathématiques et langage Bachelard et l'empirisme logique |
Sandra Pravica

Natura constructa et phénoménotechnique Spinozisme et pensée des mathématiques chez
Gaston Bachelard | *Gerardo Ienna*

Jean Cavailles, de la logique de Husserl à la dialectique du concept | *Gabriele Vissio*

Le réflexe et la résistance Canguilhem et le pouvoir du concept | *Samuel Talcott*

Normativité des vivants et adaptation De Canguilhem à Lewontin | *Fiorenza Lupi*

L'épistémologie historique en héritage Althusser, Foucault et la fabrique conceptuelle de
l'histoire | *Audrey Benoit*

Foucault's Change of Attitude Toward Psychology in 1953 | *Daniel R. Rodríguez-Navas*

Le statut du concept dans l'épistémologie historique, de Cavailles à Foucault | *Ferhat
Taylan*

Can the History of an Epistemic Norm Bear Normative Value? Some Reflections on the
Status and Tasks of Historical Epistemology | *Eugenio Petrovich*

Ian Hacking, de l'archéologie de la probabilité au « façonnement des gens » Objets
épistémiques, savoirs, sciences | *Matteo Vagelli*

Objets épistémiques, savoirs, sciences

Epistemic and Political Things An Analytical Framework for a Historico-Political
Epistemology | *Laurens Schlicht et Martin Herrnstadt*

L'archéologie à l'épreuve des savoirs formels Mathématiques et formalisation dans le projet
d'une archéologie des savoirs | *Juan Luis Gastaldi*

Pour en finir avec l'analyse conceptuelle Les mécanismes pathologiques et la philosophie
biologique chez Canguilhem | *Jonathan Sholl*

L'émergence de l'épistémè computationnelle en médecine | *Mathieu Corteel*

Pour une épistémologie historique de la génétique des populations | *Nicola Bertoldi*

Ce que change la prise en compte du présent Comment écrire l'histoire du concept de
cellule cancéreuse ? | *Laurent Loison*

Baixar gratuitamente [*L'épistémologie historique: Histoire et méthodes*](#)

Resenhista



Tiago Santos Almeida é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), professor de Teoria da História da Universidade de Brasília, pesquisador visitante do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia e coordenador do GT História da Ciência e Tecnologia da ANPUH-GO. Publicou, entre outros trabalhos, *Canguilhem e a gênese do possível*: estudo sobre a historicização das ciências (2018) e organizou a coletânea *Historicidade e Objetividade* (2017), de Lorraine Daston. ID LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9244369639536256>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4995-8669>; E-mail: tsalmeida@ufg.br

Para citar esta resenha

BRAUNSTEIN, Jean-François, MOYA DIEZ, Iván e VAGELLI, Matteo (orgs.). *L'épistémologie historique: Histoire et méthodes*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2019. Disponível em: < <http://books.openedition.org/psorbonne/39172> >. Resenha de: ALMEIDA, Tiago Santos. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, 9-15, maio/jun., 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA)

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Guerra Fria. Bandeiras dos EUA e da China | Imagem: [CIL868](#) CanvaPro

Sentido das narrativas – Resenha de *Conceitos elementares da Guerra Fria nos livros didáticos*, de Leonardo de Carvalho Augusto

Augusto

Jandson Bernardo Soares (UFRN)

Resumo: *Conceitos elementares da Guerra Fria nos livros didáticos*, de Leonardo de Carvalho Augusto, objetiva analisar narrativas didáticas sobre a Guerra Fria. Apresenta passagens de superficialidade metodológica e conclusões pouco fechadas, mas acerta ao propor nova abordagem, articular teoria alemã e refletir sobre práticas escolares.

Palavras-chave: Guerra Fria; Leonardo de Carvalho Augusto; livros didático.

Intitulada *Conceitos elementares da Guerra Fria nos livros didáticos*, a obra é resultado de um curso de especialização em Saberes e Práticas na Educação Básica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CESBEP/UFRJ), em 2018, na qual são condensados questionamentos que emergiram das experiências de Leonardo de Carvalho Augusto, a partir de seu trabalho na educação básica como professor de História e as reflexões alcançadas a partir da pós-graduação. Dessa forma, pode conciliar questões do mundo contemporâneo com indagações próprias ao ensino de História.



O livro tem como objeto a escrita didática em torno de um tema: a Guerra Fria. Influenciado pela teoria da história alemã atrelada à história dos conceitos de Reinhart Koselleck e da Didática da História de Jörn Rüsen, Carvalho Augusto investigou como os conceitos que dão realidade à Guerra Fria foram mobilizados e em que medida contribuíram para a constituição de um sentido a partir da narrativa dos livros didáticos.

Carvalho observou os conceitos e sua relação com os exercícios, suas implicações na constituição da narrativa da narrativa esperada pelos autores a ser compreendida pelos alunos, revelando o enredo utilizado em sua composição. Escolheu para a sua análise quatro livros didáticos de história, três da terceira série do Ensino Médio, com edições em 2010, 2013 e 2016, e uma coleção do nono ano do Ensino Fundamental. Tais fontes não apenas permitiram acessar padrões na escrita, mas também autorizariam a compreender suas transformações nesse intervalo temporal.

Outro critério que fundamentou a escolha desses materiais foi o fato de terem tido ampla venda e de serem elaboradas por historiadores renomados nos círculos acadêmicos. Tais materiais foram analisados à luz da análise de discurso, a partir da constituição de ferramentas de registro e contagem, através dos quais foram produzidas as análises.

Diferente da maioria das pesquisas que tratam dos conteúdos presentes nos livros didáticos a partir de uma “historiografia da falta”, caracterizada por Margarida Dias de Oliveira (2010) pela tentativa de localizar erros ou ausências nos livros didáticos, essa pesquisa oferece (mesmo que de maneira superficial e ainda marcada por alguns vícios decorrentes de tal historiografia) outra forma de tratar os conteúdos presentes nessas produções. Isso ocorre na medida em que busca os sentidos atribuídos ao passado a partir da narrativa histórica e de seus elementos epistemológicos, mesmo que, em algum momento, passe a sensação de que os livros didáticos estão errados na produção de sentido estabelecida a partir da Guerra Fria, deixando de lado a capacidade de refletir a respeito da relação desses constructos e os contextos em que foram produzidos, ignorando a historicidade presente em tais enredos e em seu processo de produção. Deve ser pensada, assim, como uma obra na fronteira entre uma abordagem estruturalmente consolidada e novas formas de produção constituídas mediante o contato com outras leituras teóricas já citadas.

Composta por três capítulos, a obra demonstra, inicialmente, a existência de uma perspectiva consolidada em torno desse evento – segundo a qual a Guerra Fria é

demarcada por uma perspectiva triunfalista em torno do capitalismo e desencadeada a partir da falência do bloco socialista, apontando aquele modelo econômico como único possível – que faz parte do senso comum e é reapropriada na produção de outras linguagens. Essa narrativa, porém, não corrobora as ideias a respeito das tensões que se desenvolviam no bloco tanto capitalista quanto socialista, apresentando, assim, uma perspectiva desencantada e conciliatória que favoreceu a elaboração de uma ideia de vencedor e perdedor. Essa narrativa tende a demonstrar que o conflito entre as duas potências era iminente e que haveria uma tensão materializada em uma série de conflitos bélicos reais, os quais seriam utilizados como forma de manter a atenção dos alunos. Embora este seja um ótimo argumento, o qual é seguido pelo esforço cognitivo do autor em formular uma outra narrativa possível mediante outra estrutura de enredo, a tese carece de mais dados empíricos que possibilitem acompanhar a análise. A ausência desse tipo de recurso empobrece o método empregado e obriga o leitor a acreditar apenas no pacto estabelecido entre locutor e interlocutor.

No segundo capítulo, o autor se propõe a apresentar os elementos teórico-metodológicos que foram mobilizados para o exame de suas fontes. Parte da ideia do campo do Ensino de História como um entrelugar que possibilita observar os saberes ensinados. Para fazê-lo, dialoga com autores como Ana Maria Monteiro (2011) e Fernando Penna (2011). Em seguida, a fim de pensar sobre as narrativas históricas e os aspectos que constituem sentido, aporta-se nas reflexões apresentadas por Mauro Coelho (2017) a respeito do papel do enredo nesse processo, o qual forneceria coerência e sentido à narrativa. É a partir desses referenciais que o autor assinala suas ferramentas de análise.

No último capítulo, o autor constata que os dois conceitos mais utilizados são os de “cronologia” e “bipolaridade”. Para ele, os didáticos não apresentariam a Guerra Fria como uma crise das relações internacionais desenvolvidas antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, mas como uma correlação de forças mutuamente excludentes desenvolvidas após seu fim. Esse enredo também excluiria a existência de protagonismos de outros eventos que seriam explicados, unicamente, pela metáfora da climatologia, existindo uma Guerra “fria” e uma “quente”, sendo a segunda decorrente da primeira. O autor ainda sinaliza para a existência de uma tendência que se prende a aspectos formais, como cronologia e definição, os quais corroborariam a constituição de um ensino baseado na memorização, afastando-se de questões ligadas a crises políticas e suas incertezas.



Poluição de Garrafas plásticas | Imagem: [chaiyapruerk2520](#) CanvaPro

O autor também identifica transformações que esses conteúdos passaram a sofrer a partir das edições de 2013. A primeira delas estaria no aspecto material, marcado pela adoção de elementos interdisciplinares, inclusão de sugestões de leitura, filmes e textos e uso de elementos remissivos. A segunda mudança estaria na adoção de novos formatos de enredo que ultrapassavam a ideia de climatologia e medo nuclear para voltar-se a aspectos de caráter social e ambiental, incorporando novas formas de abordagens históricas, como a história a contrapelo. O autor conclui que as narrativas compostas a partir das atividades presentes no livro didático se configuram como elementos de negociação entre os saberes constituídos e acumulados pelos professores e as demais narrativas que se distendem no espaço escolar.

A obra em questão se configura como bom exemplo para outras possibilidades de análise em torno dos conteúdos substantivos presentes nos livros didáticos, mesmo que de maneira superficial, indicando formas de observar as narrativas didáticas em termos metodológicos, assim como seu lugar na composição e reprodução de uma cultura histórica em sua relação com o presente. Tal reflexão pode ser expandida para qualquer outra produção cultural que tenha, como centralidade, narrativas de caráter histórico, operando, assim, com as suas dimensões comunicativas e os sentidos que essas narrativas ganham no mundo social a partir de seu direcionamento a um dado público-alvo.

A obra, contudo, requer leitura atenta, uma vez que as conclusões não aparecem como um espaço remissivo dos argumentos do autor. Um exemplo disso é o fato de o autor afirmar que foi possível compreender os critérios que orientam a forma de produção das narrativas históricas nos materiais didáticos que chegam aos alunos, sem retomar, sinteticamente, em que se constituem esses parâmetros, dificultando o fechamento das ideias, na medida em que as deixa a cargo do leitor.

Além disso, apesar de ser uma abordagem seminal, a obra dá poucos passos – porque guarda reflexos – em relação à “historiografia da falta”, apresentando as narrativas didáticas como carentes de outro tipo de enredo. Quando tem a chance de sugerir suas potencialidades, o autor afirma que esse trabalho contribui para sinalizar a necessidade de

elaborar pesquisas que visem à análise de imagens e recursos multimídia, deixando de lado a possibilidade de observar as intencionalidades presentes no texto didático, assim como a sua historicidade. Essa derradeira compreensão não apenas permite que se observe o livro como um objeto para a constituição de pesquisas formais, mas também orienta para um nível de reflexão que estamos pouco acostumados a fazer e que perpassa a própria prática de produção dos historiadores: a incapacidade de constituir uma narrativa imparcial.

Numa visão de conjunto, a obra serve para compreendermos como determinada teoria da história alemã e seus conceitos têm sido reapropriados pelas pesquisas que, por sua vez, têm se desenvolvido no contato com outras perspectivas já consolidadas no Brasil. Oferece também um formato de pesquisa que supera a ideia de análise de discurso sem a constituição de dados quantitativos que embasem as inferências produzidas. Por último incita o leitor a observar a dimensão do sentido presente nas narrativas históricas, limitadas no texto as produções didáticas, mas com fácil possibilidade de expansão para outras linguagens. Lamentável, contudo, que as suas conclusões sejam desmotivadoras, na medida em que sinalizam não serem as pesquisas de identificação e catalogação das características narrativas capazes de produzir efeitos na produção historiográfica e didática a respeito desse tema. Cabe aqui mencionar que esses procedimentos são cruciais para a constituição de proposições, pois revelam as características das produções, autorizando observar práticas e usos, permitindo visualizar padrões e tendências. Em outras palavras, permitem o mapeamento das produções, criando os parâmetros para que se justifique a composição de outras narrativas, sejam elas realizadas a partir do trabalho em sala de aula, sejam para a composição de materiais didáticos a serem lançados no mercado. Compreender é o caminho para modificar.

Referências

AUGUSTO, Leonardo de Carvalho. *Conceitos elementares da Guerra Fria nos livros didáticos*. Rio de Janeiro: Mundo contemporâneo, 2020.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. *O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História*. Sergipe: EDUFS. 2010.

FREITAS, Itamar. *Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de História (Anos iniciais)*. São Cristovão: EDUFS, 2010.

Sumário de *Conceitos elementares da Guerra Fria nos Livros Didáticos*

Introdução

1. A história do tempo que o gafanhoto comeu – que sentidos assumem os principais conceitos presentes nas narrativas históricas escolares sobre a Guerra Fria?
2. Índices, enredos, questões – o papel dos itens de livros didáticos no ensino-aprendizagem da Guerra Fria
3. Construindo rivalidades: a aposta na divisão (n) o mundo pós-Guerra

Considerações Finais

Notas

Anexos

Referências bibliográficas

Resenhista



Jandson Bernardo Soares é doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Publicou, entre outros trabalhos, *A institucionalização do livro didático no Brasil* (2021) “História e Espaços do Ensino: historiografia”, PNLD e a busca por um livro didático ideal, *A institucionalização do livro didático no Brasil* e “Produzindo livros didáticos de História: prescrições e práticas – notas de uma pesquisa em andamento”. ID LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9151962206801002>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8195-5113>; E-mail: jandson_ze@hotmail.com.

Para citar esta resenha

AUGUSTO, Leonardo de Carvalho. *Conceitos elementares da Guerra Fria nos livros didáticos*. Rio de Janeiro: Mundo contemporâneo, 2020. 46p. Resenha de: SOARES, Jandson Bernardo. Por uma análise de sentido nas narrativas históricas. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, p.16-21, maio/jun. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA)

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Marcella Albaine Farias da Costa (2019) | Imagem: [Jornal BNews](#)

Aprendizagem virtual – Resenha de *Ensino de História e Historiografia escolar digital*, de Marcella Albaine Farias da Costa

Viviane Andrade Passos (SEMED-NSG/UFS); Johnny Gomes (SEED-AL/UFS); Elemi Santos (SEED-BA/UFS); Douglas Silva (SEED-SE/UFS)

Resumo: *Ensino de História e Historiografia escolar digital*, de Marcella Albaine Farias da Costa, visa analisar cultura digital no Ensino de História. Apresenta definições vagas e retomadas repetitivas, mas propõe reflexão interdisciplinar, práticas progressistas e novas abordagens para o uso das TICs nas escolas.

Palavras-chave: historiografia digital; Marcella Costa; TICs; ensino de História.

Ensino de História e Historiografia escolar digital, de Marcella Albaine Farias da Costa, como explicitado no título, discute a relação entre os fenômenos da Historiografia escolar digital e a prática do Ensino de História em escolas da educação básica. Construído em quatro capítulos (além da introdução e da conclusão), o livro é resultado de uma tese de doutorado em História, defendida na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sob a orientação da professora Keila Grinberg, avaliada pelos professores Anita Almeida (UNIRIO, Sonia Wanderley, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)), Rodrigo Turim (UNIRIO) e Bruno Leal, da Universidade de Brasília (UnB).



Hoje, Marcella Costa cumpre estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e já é reconhecida na área de História como um dos poucos especialistas nos estudos sobre Historiografia Digital, sobretudo pelos textos que publicou e pelos laboratórios e projetos com quais se envolveu na última década. O seu livro, contudo, foi por nós escolhido por representar um objeto de fronteira entre os domínios da Pedagogia, Ciência da Informação, Ciência da História e Ensino de História e, principalmente, por sugerir, potencialmente, um modelo de trabalho acadêmico para muitos dos mestrandos que iniciam suas pesquisas acadêmicas na

área do Ensino de História.

A introdução do livro é empregada para anunciar as ameaças que o ensino de história, professores e alunos de história e a população em geral vem sofrendo nesses tempos de pandemia e de obscurantismo político. A autora faz considerações autobiográficas sobre sua formação e a construção da tese, anuncia categorias e pressupostos – “o ‘digital’ como condição de pensamento” forjado mais nas práticas que no suporte (p.21) – e apresenta os quatro capítulos que constituem a obra.

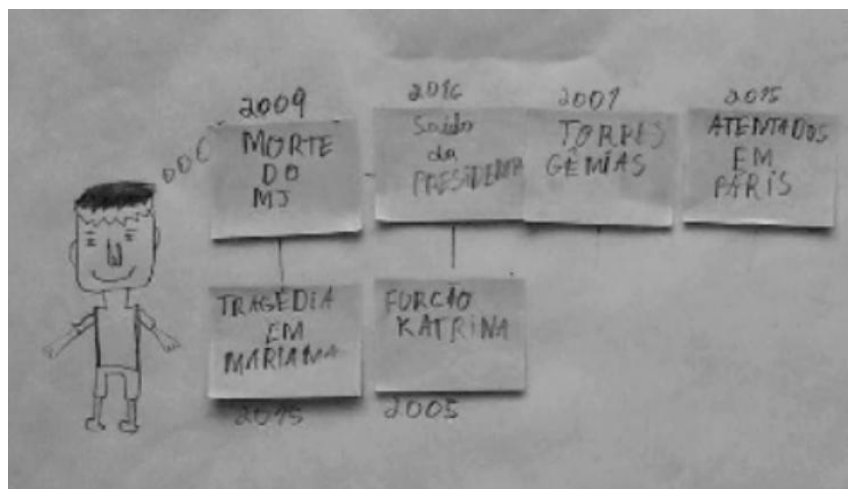
No capítulo primeiro – “Cultura digital e políticas do currículo” –, a autora mapeia a presença da cultura digital nas políticas de currículo, configuradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB) e na Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Para tal, mobiliza a categoria de “ciclo de políticas” sugerindo observá-la nos documentos em suas dimensões de “política proposta”, “política de fato” e “política em uso”, baseando-se nos escritos de Stephen Ball e Richard Bowe. Ao mobilizar os três documentos, a autora confirma que as tensões e relações de poder, em um contexto de dominação e resistência, contribuem para diferentes interpretações e práticas possíveis de implementação das políticas públicas mencionadas. A autora critica a associação do termo “tecnologia digital” e “inovação” como sinônimos e denuncia as ameaças ao ensino de história (a exemplo do avanço das ideias conservadoras), bem como as respectivas implicações no fazer docente na sala de aula e no âmbito da pesquisa. Segundo a autora, os PCN apontam para a hipervalorização do “tecnicismo educacional” em detrimento da ação dos sujeitos no tempo. As DCNEB trazem a expressão “era digital”, estimulando a criação de métodos didático-pedagógicos e exigindo, segundo a autora, muito do que o professor poderia oferecer. Além disso, ainda nas DCNEB, as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) podem ser

trabalhadas de forma transversal. No que diz respeito à BNCC, publicada em um contexto de forte instabilidade política, a autora destaca o apelo emocional provocado pelas TICs e a incorporação vaga do digital sem subsídios ao professor sobre o adequado emprego.

No segundo capítulo – “Cultura digital como objeto de estudo dos Professores” – pesquisadores em Ensino de História” – a autora apresenta e discute produções que incorporam “cultura digital” como objeto de estudo. A pesquisa é realizada em base de dados e anais de congressos da área de História, com destaques para três fontes: 1) eventos acadêmicos; 2) dissertações de mestrado; e 3) grupos ou linhas de pesquisa do Brasil. Ela assume que o universo pesquisado não dá conta de todos os profissionais envolvidos em práticas e trabalhos voltados para os conceitos que a sua pesquisa se propõe a estudar. No decorrer da análise, contudo, a autora constata o crescimento da utilização de termos digital e virtual nas pesquisas dos autores selecionados, principalmente nos trabalhos apresentados no Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, cujo público é constituído, predominantemente, por interessados nas práticas de sala de aula. No banco de dissertações do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), a autora encontrou produções que ajudaram na construção do seu argumento, principalmente as que fazem referência às expressões “gamificação”, “ensino híbrido”, “tecnologias digitais”/”gamificação”, “plataformas digitais”, “aplicativos”, “Google” e “podcast”. O capítulo é encerrado com uma percepção de que é crescente a presença na produção, em termos quantitativos, no material examinado, além do aumento de trabalhos referentes à “cultura digital”, radicados nos campos da História e do Ensino de História.

No capítulo terceiro – “Cultura digital nas escolas a partir da voz dos alunos: a primeira ida ao campo da pesquisa” – a autora retoma o conceito da cultura digital no espaço escolar e aborda o uso de novas fontes de pesquisa histórica, notadamente as ferramentas da tecnologia da informação na educação (em *hardware* ou *software*), como geratriz de ensino e aprendizagem de História sem recusar, contudo, os saberes pedagógicos tradicionais e os saberes individuais dos estudantes. Propõe investigar até que ponto, na sociedade contemporânea, os níveis de modernização digital distintos no ambiente escolar e/ou a condição socioeconômica dos estudantes podem interferir na sua formação intelectual e social. Nesse ponto, a autora questiona sobre o grau de entendimento que os jovens possuem sobre as TICs e possível implicação dessa variável na relação ensino-aprendizagem. Em tal sentido, a autora manifesta sua dificuldade para constatar as possíveis deficiências geradas em decorrência da ausência de equidade no contato ou posse com as novas ferramentas. A autora também assume o desconhecimento sobre as estratégias que o público-alvo, escolhido aleatoriamente em unidades públicas e privadas, emprega para a superação dessas dificuldades. A maior parte do capítulo, contudo, é dedicada a examinar as noções de tempo histórico partilhado pelos alunos, mediante a percepção de habilidades caras à tarefa (seriação e simultaneidade, por exemplo), e as formas como representam o tempo, empregando recursos não digitais. Assim, através dos resultados de uma oficina intitulada “Representações no Tempo”, voltada à rememoração de fatos pessoais, interagentes com fatos em escalas, local, nacional e global, a autora conclui que a cultura digital é universal, atravessa costumes e condições materiais do

indivíduo e está enraizada na escola, apesar das visíveis diferenças estruturais que marcam os sujeitos dessa instituição.



Estudante 2, escola, ano 9, escola B. Linha do tempo com foco na história mundial (ataque terrorista na França, rompimento da barragem em Mariana, ataque às Torres Gêmeas, furção Katrina, morte de Michael Jackson), incorporando referências da história nacional (rompimento da barragem em Mariana e saída da Dilma) (Costa, 2021, p.138).

No quarto e último capítulo – “Cultura digital nas escolas a partir da voz dos alunos: a volta ao campo de pesquisa” –, classificado como continuidade do anterior, a autora propõe a observação e análise e o uso direto da tecnologia digital na experiência discente de narrar histórias de vida e, novamente, do modo como são relacionadas as dimensões mundial/nacional/local, em turmas do 6º e 9º ano das escolas investigadas (uma escola privada e outra pública, da rede federal de ensino, no Rio de Janeiro). A autora também objetiva investigar e descrever a preferência dos alunos pelo impresso e/ou pelo tecnológico mediante oficinas com a possibilidade de uso de material impresso e do suporte digital. No curso do capítulo, a autora confessa que, antes de ir a campo, conjecturava que os alunos escolheriam o digital, em consonância com o conceito “nativos digitais” de Marc Prensky (conceito utilizado para descrever a geração de jovens nascidos a partir da disponibilidade das informações rápidas em rede). No entanto, a autora percebeu que a ocorrência do contrário. Ela compreende tal resultado como algo plenamente justificável diante da (im)possibilidade de acesso, dos problemas de infraestrutura das instituições, o (des)estímulo das escolas, de questões legais, entre outros aspectos condicionantes. Para medir o grau de preferência dos alunos por cada meio de maneira efetiva, segundo a autora, a igualdade de acesso seria necessária tanto ao meio impresso, quanto ao meio digital. Ao final do capítulo, a autora conclui que a ideia de linearidade temporal é frequente nas representações dos alunos e que a presença dos recursos digitais não significa mudança radical, seja de emprego da “lógica da tecnologia” (p.222).

O livro que acabamos de resumir em suas principais ideias, possui, contudo, insuficiências. Algumas são pouco expressivas, como a não esclarecida e justificada definição dos marcos temporais, nos quais se inscreve a pesquisa, a excessiva repetição da descrição das turmas e das suas atividades, a exemplificação redundante de trabalhos.

Outras insuficiências apresentam maiores empecilhos a compreensão imediata do texto. Falta clareza na exposição dos objetivos, na introdução, como também no decorrer do texto, na retomada das respostas às questões anunciadas na seção conclusiva do livro e, principalmente, no esperado (embora não obrigatório) anúncio da área de pertencimento dessa pesquisa, que apresenta elementos mesclados de teoria da História, teoria da aprendizagem e de teoria do currículo, mas pouco revela elementos de epistemológica da ciência da História. A maior insuficiência, por fim, está na obscura definição de “historiografia escolar digital” e na omissão (como objetivo) do exame das noções de tempo histórico dos alunos, que compete com a busca pela noção e importância do recurso digital.

Não obstante as insuficiências apontadas, o livro possui as suas virtudes, das quais ressaltamos três. Em primeiro lugar, ele apresenta momentos indicadores de bom uso dos rudimentos de pesquisa. Observem que a autora evidencia a importância do entendimento do conceito de Pesquisa e Docência, no que diz respeito à atividade de pesquisa básica e à atividade de ministrar aulas para adolescentes, à descrição detalhada de cada uma das oficinas e a exposição de tabelas que facilitam o processo de análise e de reanálise por parte do leitor. A autora também é feliz na sua escolha para a experimentação. Ela explora questão básica para o ensino de História: entendimento do tempo histórico. Ela o faz mediante as habilidades de datação, cronologia, anterioridade, posteridade, simultaneidade, transformação e frequência, aproximando esses elementos à realidade individual e estabelecendo uma conexão entre a história de vida com a história brasileira e a história mundial.

Em segundo lugar, a autora tece considerações sobre a prática docente e toma posições progressistas no que diz respeito ao Ensino de História. Defende a ideia de professores como mediadores e orientadores da aprendizagem, dependentes de conhecimentos e atualizações constantes, critica o fato de as políticas públicas incorporarem a tecnologia e o digital sem apontar estratégias que subsidiem o trabalho dos professores, bem como o desprezo pelo papel do docente na construção dessas políticas.

Em terceiro lugar, o livro apresenta teses conscienciosas e que contribuem para o fortalecimento do campo da pesquisa do Ensino de História. Essa positividade está, por exemplo, na afirmação de que a tecnologia da informação está enraizada na sociedade de uma maneira ampliada, ainda que existissem (e existam) barreiras socioeconômicas para tal, na percepção de que a escolha do impresso pelo digital acontece em parte por conta dos problemas de acesso, inviabilizando resultados mais consistentes, na defesa do uso das TICs, como ferramenta para inclusão digital nas escolas, e na apresentação, mesmo que de forma fragmentada, de possibilidades de uso das TICs em sala.

Em síntese, tanto pelas insuficiências como pelas virtudes que apresenta, como também pelos desafios de investigar questões de ensino-aprendizagem na fronteira da Ciência da Informação, da Pedagogia e da História, o livro de Marcella Costa deve ser lido por todo mestrando que se empenha na pesquisa sobre Ensino de História e, não apenas pelos que se interessam por temáticas que envolvem a discussão sobre os artefatos (entre os quais a

narrativa histórica), as práticas, as compreensões os fins escolares adjetivados pela palavra “digital”.

Sumário de *Ensino de História e Historiografia escolar digital*

Prefácio | Sonia Wanderley

Introdução

Cultura digital e políticas de currículo

1.1. Olhares sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

1.2. Dialogando com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNEB)

1.3. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em pauta

Cultura digital como objeto de estudos dos professores

2.1. Mapeando eventos da área

2.2. Investigando as dissertações do ProfHistória

Cultura digital nas escolas a partir da voz dos alunos: a primeira ida ao campo de pesquisa

3.1. A primeira versão da oficina pedagógica “Representações do tempo: História(s) narrada(s)”

3.2. Dialogando com as fontes: aspectos gerais

3.3. Continuando a escuta: interconexão das histórias narradas

3.4. Sobre o tempo e a tecnologia

Cultura digital nas escolas a partir da voz dos alunos: a volta ao campo de pesquisa

4.1. A segunda versão da oficina pedagógica “Representações do tempo: História(s) narrada(s)”

4.2. O porquê da escolha pelo digital

4.3. Análise das produções digitais

4.4. Um balanço comparativo: em defesa da historiografia escolar digital

Conclusão

Referências

Anexo 1 – Planejamento da oficina “Representações do tempo: história(s) narrada(s)”

Anexo II – Folha didática utilizada na oficina

Resenhistas



Douglas Silva é professor do Colégio Estadual Olavo Bilac em Aracaju-SE, da Escola Municipal Maria das Graças Souza Garcez em Itaporanga d'Ajuda e aluno do Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe. Publicou entre outros trabalhos *Cidadania em um Universo Relacional: População de Rua em Aracaju-SE* projeto de iniciação científica do PBIC/CNPq. Email: ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9099513651518567>; ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1036-2270>; Facebook: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100008474169903>; Instagram: @douglasleoni13; Email: douglasleoni99@gmail.com.



Elemi Santos é professora do Colégio Municipal Professora Maria Verônica Matos do Nascimento, no município de Antas (BA) e do Centro Educacional Professora Maria Ferreira da Silva, no município de Nova Soure (BA), é aluna do Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7957222155239656>; ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0744-7908>; Instagram: prof.elemi; e-mail: elemisantos1@gmail.com.



Johnny Gomes é professor da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição e do Canoa Cursos, em Lagoa da Canoa (AL) e aluno do Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe. Publicou, entre outros trabalhos, *Cinema e Didática: proposta de sensibilização a partir da obra “Vida Maria” (2007)*. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8051279606440569>; ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6676-894X>. Instagram: gomesjohnny; Email: johnnygomes83@gmail.com.



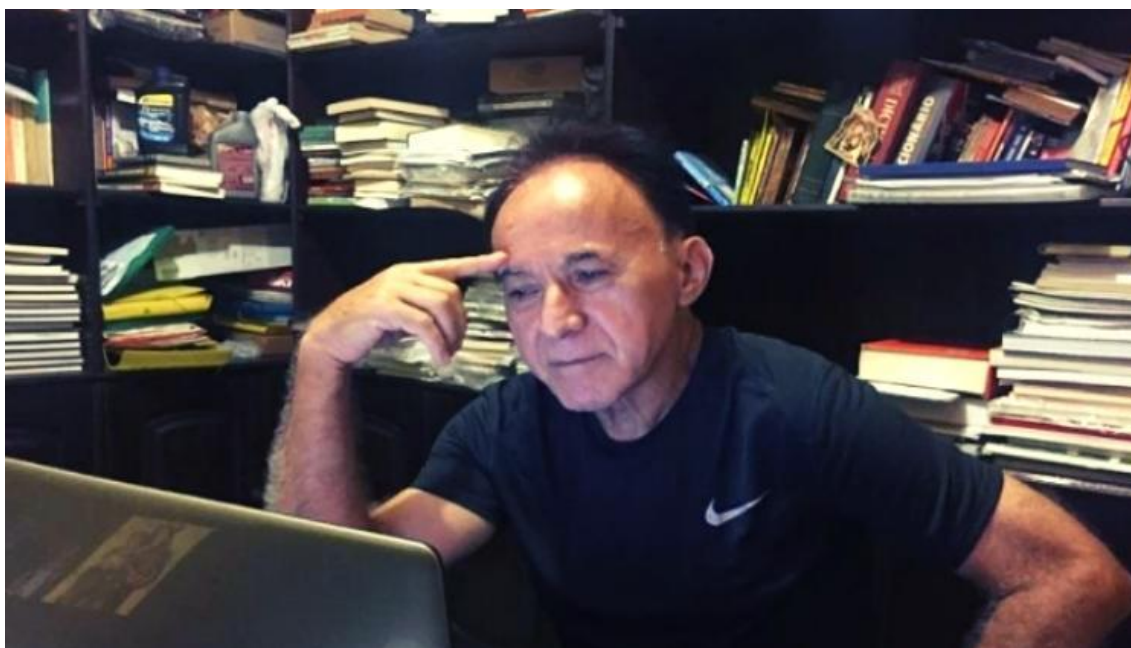
Viviane Andrade Passos é professora do Colégio Estadual Cícero Bezerra, da Escola Municipal Tiradentes no município de (Nossa Senhora da Glória- SE) e aluna do Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7026713252936689>; ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4077-3916>; Facebook: /viviane.andrade.56863; Instagram: vivi.andrade_23; Email: viviane-andrade22@hotmail.com.

Para citar esta resenha

COSTA, Marcella Albaine Farias da. *Ensino de História e Historiografia digital*. Curitiba: CRV, 2021. 212p. Resenha de: GOMES, Johnny P.; SANTOS, Elemi; SILVA, Douglas; PASSOS, Viviane Andrade. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, p.21-26, maio/jun. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Alfredo Braga Furtado | Foto: Fernando A. D. Furtado

Método não resolve tudo – Resenha de *Elementos de Didática da História*, de Alfredo Braga Furtado

Anita Lucchesi (UL/RBHP)

Resumo: *Elementos de Didática da História*, de Alfredo Braga Furtado, busca apoiar a formação de professores de História. Deixa a desejar em fundamentação específica e atualização teórica, porém valoriza a profissionalização, organiza métodos de ensino e destaca a importância da didática como prática estudada.

Palavras-chave: Didática; Alfredo Braga Furtado; ensino de História.

Elementos de Didática da História, como o próprio título sugere, foi escrito por Alfredo Braga Furtado para subsidiar o trabalho docente dos estudantes de bacharelado e licenciatura em História e auxiliar na formação continuada dos profissionais da área. (p.47). Faz parte de uma extensa coleção do próprio Furtado, que abrange manuais do mesmo gênero (e com igual título) para diversas áreas, como a “Didática das Ciências Sociais”, “Didática das Engenharias”, “Didática do Turismo” e a “Didática da Psicologia.



Tal fertilidade em termos de manuais de ensino é explicada pelo autor em longo relato autobiográfico. Com graduação e mestrado na área da computação, foi no doutorado em Educação Matemática que Furtado despertou para a Pedagogia e a Didática, áreas nas quais atuou, ministrando disciplinas de “Estrutura e Funcionamento da Educação Básica”, “Didática Geral”. Depois de produzir os *Elementos de Didática da Computação*, encorajou-se a replicar o modelo nas outras áreas e literalmente submeteu o seu trabalho “à avaliação do leitor”, que é o que fazemos agora, principalmente em relação às duas áreas que tenho maior familiaridade: a licenciatura em história e as questões que envolvem o mundo digital e a educação.

O livro é estruturado em três partes (além da introdução, conclusão e apêndices), com respectivos capítulos, subdivididos em quase uma centena de tópicos. Na introdução, o autor apresenta e comenta as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em História, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e apresenta “habilidades e competências desejáveis” ao professor de História.

A parte I é destinada à definição de Didática, explorando, inicialmente, alguns objetos clássicos da Didática Geral: ensino, método, técnica, acompanhados de fundamentos de Andragonia, Pedagogia e também das relações entre Didática Geral e Didática Especial. A outra parte do capítulo esboça uma história da Didática em escala secular, incluindo correntes pedagógicas e também autores como J.-J. Rousseau e F. Herbart.

A parte II refina a discussão e aplicação sobre os objetos clássicos da didática, distribuídos em macro tarefas: planejamento e administração do ensino (diagnósticos, táticas, estratégias, gerenciamento, operacionalização etc.), avaliação (literatura, funções e procedimentos), a tipificação e o inventário de métodos e técnicas de ensino, o emprego de tecnologias digitais na Educação e, por fim, conceitos e princípios de teoria da aprendizagem.

Na última parte, o autor apresenta princípios, técnicas e critérios de qualidade para o ensino, partindo da experiência de três professores: Doug Lemov, Salman Khan e Pierluigi Piazzi.

Nos apêndices, o autor apresenta a listagem das suas obras e relata a sua experiência de locutor de rádio, onde percebeu a “Importância da boa dicção” para a comunicação, expressão que intitula o texto.

O autor demonstra boa intenção em convencer os leitores sobre a importância da Didática Geral na formação inicial e continuada de professores. Nesse sentido, fornece importante contribuição pois combate, implicitamente, a ideia de que ensinar seria questão de *Dom* e não de estudo, pesquisa e experimentação. Mas as boas intenções, o esforço de pesquisa e o incentivo à profissionalização docente não bastam para que reconheçamos a relevância do seu trabalho com a Didática da História.

O livro não demonstra esforço maior em conhecer a literatura sobre a matéria, apesar das facilidades da Internet. A relação entre Didática Geral e Didática Especial, tocada na obra, é importante questão para os especialistas no Ensino de História, que trabalham em zonas de fronteira, ou seja, entre a Ciência da História, a Pedagogia, a Psicologia, a Filosofia e a Ciência da Informação, por exemplo. Há tensão entre os pesquisadores que defendem, ora a valência da Pedagogia sobre o Ensino de História, ora a valência da Teoria da História. O conteúdo do ensino de História é, inclusive, objeto de divisão: conteúdo substantivo (fatos e processos da experiência histórica) e conteúdo metahistórico (habilidades, conceitos e princípios da Ciência da História). O livro, porém, passa ao largo dessas disputas e, por isso mesmo, não oferece a posição do autor a respeito.

A maior preocupação do autor, no que se refere à Didática da História, é com os métodos e as técnicas aplicáveis pelo professor de História. Com essa ênfase, não faz mais que reproduzir uma disputa do interior da própria pedagogia, nascida na primeira metade do século XX. Ocorre que os manuais de Didática da História daquele período já admitiam a inserção de teorias e práticas específicas do ensino de história e da Ciência da História, esse fato, por si, deixa o livro com um amargo sabor de desatualização.

Até mesmo onde mais poderia contribuir, considerando a sua experiência de formação da autoria— me refiro ao capítulo “Tecnologias digitais na Educação” —, o livro reproduz lugares comuns (como o preço dos produtos e as insuficiências de conhecimento para o seu uso) e reforça os discursos genéricos que abundam no mercado, sobre as potencialidades e as restrições, quando a literatura especializada já reflete há quase uma década sobre as relações entre ensino de história na educação básica e o uso das ferramentas situadas na Internet (redes sociais, instrumentos de busca, aplicativos etc.), as exposições virtuais de museus e centros de pesquisa, os jogos digitais em computadores pessoais e telefones celulares, tendo inclusive estimulado a “experimentação criativa” e produzido expressões que designam domínios emergentes, como “Historiografia escolar digital” e “Letramento histórico-digital”, em trabalhos de pós-graduação, já transformados em livro, inclusive (Lucchesi; Maynard, 2019; Costa, 2021; Silva, 2020).

Outro momento que poderia dar simetria aos objetivos e ao plano da obra também é desperdiçado sem razão aparente. O autor aborda as DCN e o Enade, mas insere a discussão na introdução, quando poderia (e ainda pode) reservar um capítulo inteiro à matéria. Das DCN, limita-se a transcrever passagens do documento, referentes às habilidades e competências exigidas aos graduandos de História. Do Enade, lista os objetivos e descreve a estrutura da prova, com seus respectivos conteúdos de modo sintético. Ao final da introdução, o autor lista e comenta “outras habilidades e

competências desejáveis” à docência e à pesquisa em história, mas o faz sem relacioná-las ao futuro trabalho efetivo desses profissionais, aos produtos que lhes são exigidos pelas corporações da área, pelo Estado, alunos e corporações do setor privado. Não há tomadas de posição sobre os significados de História, Ensino de História, Componente curricular História ou Ciência da História, seus fins, conceitos, princípios, procedimentos e valores básicos requisitados pelos profissionais do campo. A expressão “Principais eventos históricos”, por exemplo, refere-se à história da Didática e não ao ensino de História.

Esses desvios de função ou emprego equivocado de nomenclatura (Didática da História) me faz lembrar o que Margarida Maria Dias de Oliveira apontou, aqui mesmo neste periódico, em relação ao trabalho de um especialista: “novos conteúdos [no ensino de história]: esse será o caminho?” (Oliveira, 2021). Da mesma forma que a professora Margarida, questiono a obra: novos métodos: será esse o caminho para a formação inicial e continuada do professor de História?

No início do livro, o autor parafraseia Bruno D’Amore quando afirma que “para ensinar História não basta conhecer História” (p.10). De minha parte advogo que é o professor italiano está com a razão, mas é também necessário conhecer alguma coisa da Ciência da História, para ficarmos com um mínimo de domínio na área. Furtado perdeu uma boa oportunidade para firmar uma posição sobre esse território praticamente virgem no Brasil: a Didática da História para o ensino Superior. A sua iniciativa é um bom exemplo do que o avanço das novas tecnologias associado ao domínio do capitalismo financeiro pode fazer em termos de diluição do poder da autoria. Antes da Amazon, editoras universitárias e pequenos livreiros faziam a filtragem dos textos, quando os autores não eram, de certo modo, impedidos pelos preços proibitivos das editoras comerciais. Hoje, analogamente à liberdade adquirida por todos os proprietários de contas em redes sociais, qualquer pessoa está autorizada a usufruir do status de autor de livro técnico.

Sumário de *Elementos de Didática da História*

Apresentação

Introdução

Parte I – Definição de Didática

1. Tópicos da prática pedagógica
2. Principais eventos históricos relacionados à didática

Parte II – Elementos de Didática

3. Ciclo do trabalho docente
4. Educação em diferentes contextos
5. Planejamento de ensino
6. Técnicas de avaliação de aprendizagem
7. Métodos ou técnicas de ensino
8. Tecnologias digitais na Educação
9. O que é aprendizagem

Parte III – Experiências didáticas
10. Grandes professores – Doug Lemov
11. Grandes professores – Salman Khan
12. Grandes professores – Pierluigi Piazzi
A título de Conclusão
Referências
Apêndice – Importância da boa dicção
Relação de obras do autor

Referências

- CAVALCANTI, Eri. A História “encastelada” e o ensino “encurralado”: escritos sobre História, ensino e formação docente. Curitiba: CRV, 168p. Resenha de: OLIVEIRA, Maria Margarida Dias de. Novos conteúdos: será este o caminho? *Crítica Historiográfica*. Natal, v.1, n.1, set./out. 2021. Disponível em: <https://www.criticahistoriografica.com.br/a-historia-encastelada-e-o-ensino-encurralado-escritos-sobre-historia-ensino-e-formacao-docente-eri-cavalcanti/>
- COSTA, Marcela Albaine Farias da. *Ensino de História e Historiografia digital*. Curitiba: CRV, 2021. 212p.
- LUCCHESI, A.; MAYNARD, D. C. S. . Novas Tecnologias. In: Marieta de Moraes Ferreira; Margarida Maria Dias de Oliveira. (Org.). *Dicionário de Ensino de História*. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editoria, 2019, v. 1, p. 179-184.
- SILVA, Danilo Alves. *Letramento histórico-digital: Ensino de História e Tecnologias Digitais*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. 162p.

Resenhista



Anita Lucchesi é doutora em História (Universidade do Luxemburgo) e especialista em História digital e História pública. Faz parte da Rede Brasileira de História Pública e comitê diretor da Federação Internacional de História Pública. Publicou, entre outros trabalhos, *O laboratório da história pública digital: aprender entre experimento e negociação* (2021), *Learning by Doing: Introducing Students to Public History through Digital Projects* (2019), *Por um debate sobre História e Historiografia Digital e o verbete “Novas Tecnologias” no Dicionário do Ensino de História* (2021). ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2768895341773857>; ID Orcid:

<https://orcid.org/0000-0002-8523-111X>; E-mail: anita.lucchesi@gmail.com.

Para citar esta resenha

FURTADO, Alfredo Braga. *Elementos de Didática da História*. Belém: Edição do Autor, 2019. 290p. Resenha de: LUCCHESI, Anita. Título enganoso. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, p.30-35, maio/jun. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Peter Burke | Foto: [Ricardo Matsukawa/VEJA.com](https://www.veja.com.br/ricardo-matsukawa/)

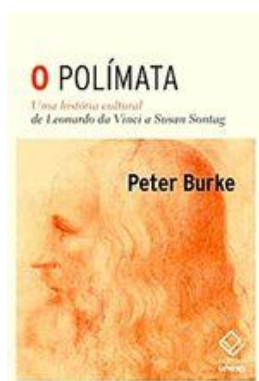
Narrativas sobre grandes pensadores – Resenha de *O Polímata: Uma história cultural – De Leonardo da Vinci a Susan Sontag*, de Peter Burke

José Douglas Alves dos Santos (NICA/UFSC)

Resumo: *O polímata*: uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag, de Peter Burke, objetiva traçar uma biografia coletiva dos polímatas ocidentais. Peca por riscos de anacronismo e linearidade evolutiva, mas encanta pela erudição acessível, narrativa envolvente e contribuição interdisciplinar.

Palavras-chave: polímatas; Peter Burke; história cultural.

O *polímata: uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag* foi publicado, simultaneamente, no ano de 2020, em língua inglesa pela Yale University Press e em língua portuguesa pela Editora Unesp. Mais recente livro do historiador inglês Peter Burke – professor da Universidade de Cambridge e considerado um dos intelectuais mais conceituados a respeito da Idade Moderna europeia e da história cultural –, traz uma narrativa cativante que se destaca pela “erudição e clareza”, como descreveu o jornalista João Pombo Barile (2021), e por “seu caráter pedagógico”, como sugeriu a professora e escritora Carlota Boto (2021).



O livro trata da história cultural de pensadores/as que influenciaram, sobremaneira, seus períodos históricos e os subsequentes, por meio de saberes vastos e de uma prolífica atuação no trabalho da produção do conhecimento, a exemplo de Hipátia de Alexandria, Cristina de Pisano, Alberto, o Grande, Leonardo da Vinci, Francis Bacon, Blaise Pascal, Comenius, Marie de Gournay, Sórora Juana Inés de la Cruz, Gottfried Wilhelm Leibniz, Giambattista Vico, os irmãos Wilhelm e Alexander von Humboldt, Charles Darwin e, entre alguns mais recentes, Norbert Elias, Umberto Eco, Susan Sontag e Michel de Certeau. Burke traz relevo “sobre indivíduos e pequenos grupos interessados no quadro geral nos detalhes, muitas vezes dedicados à transferência ou ‘tradução’ de ideias e práticas de uma disciplina para outra” (p. 16). Em outras palavras, indivíduos e grupos que se empenharam em aprofundar seu olhar sobre assuntos mais específicos como a ampliar seu campo de visão por meio das relações e associações promovidas com outras disciplinas, matérias e intelectuais.

O livro é dividido em oito capítulos, além da introdução, do texto que conclui a obra e de outros elementos pré e pós-textuais (lista de imagens, prefácio e agradecimentos, apêndice, referências bibliográficas, leituras complementares e índice remissivo). Na introdução, Burke vai responder a pergunta “O que é um polímata?”, ressaltando que “o termo, outrora confinado aos estudiosos, estendeu-se a indivíduos cuja realizações vão do atletismo à política” (p. 20). No entanto, em sua obra, ele se concentra nos estudiosos, “nos gigantes” (p. 24), pessoas cujo conhecimento acadêmico, antes denominado “erudição” como assim se refere, foram fundamentais para o avanço histórico-científico.

Para o autor, trata-se de uma prosopografia, “uma biografia coletiva de um grupo de quinhentos indivíduos que atuaram no Ocidente entre o século XV e o XXI” (p. 23). Todavia, mais que “uma galeria de retratos individuais”, comenta Burke, um dos principais objetivos de sua obra é “descrever algumas tendências sociais e intelectuais” que ajudam a “responder perguntas gerais sobre formas de organização social e climas de opinião favoráveis ou desfavoráveis aos empreendimentos polimáticos” (p. 24). Ademais, ele relata que uma das preocupações do estudo “é a sobrevivência dos polímatas em uma cultura de crescente especialização” (p. 25). Em entrevista a Barile (2021), Burke chama atenção sobre o perigo representado pelo fim dos polímatas, cujo reflexo na sociedade estaria na perda de

indivíduos capazes de ver as conexões entre os distintos campos do conhecimento, quando o quadro geral de análise pode então ser comprometido.

Após a breve introdução, no capítulo de abertura, *Oriente e Ocidente*, Burke remete-se a pensadores de uma época pré-disciplinar, da Antiguidade clássica (grega e romana), China tradicional, do mundo islâmico e da Idade Média ocidental, em que “vários indivíduos foram admirados por sua excepcional amplitude de conhecimento” (p. 33). O autor destaca que semelhante a outros debates e assuntos, o primeiro registro acerca do valor do conhecimento é encontrado na Grécia antiga. O primeiro dos nomes nessa lista indicada por Burke é Pitágoras de Samos (c. 570-c.495 a.C.), seguido dos sofistas de sua época, que, mais abrangentes que o próprio Pitágoras “talvez possam ser definidos como enciclopédias ambulantes” (p. 35), sendo um dos mais famosos deles Hípias de Élis (c.460-399 a. C.). Outro nome de destaque no período foi Aristóteles (384-322 a.C.) que, para além de seus interesses em lógica, ética e metafísica, também se dedicou à matemática, retórica, poesia, teoria política, física, cosmologia, anatomia, fisiologia, história natural e zoologia. Outros dois nomes ainda figuram na lista dos gregos, Posidônio de Rodes (c. 135-c.51 a.C.) e o bibliotecário Eratóstenes de Cirene (245-194 a.C.), responsável pela mais famosa biblioteca do mundo greco-romano, a biblioteca de Alexandria.

Entre os romanos, dos polímatas exemplares descritos por Burke, encontra-se um grego expatriado, Alexandre de Mileto (Lúcio Cornélio Alexandre, 100-36 a.C.), bem como outros três mais conhecidos em textos clássicos: Marco Pórcio Catão (234-149 a.C.), Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.) – autor da primeira enciclopédia que se tem registro –, e Plínio, o Velho (23-79). Fora da tradição ocidental, mais especificamente na China, Burke vai citar Hui Shi (370-310 a.C.), Su Song (1020-1101) e Shen Gua (1031-1095), este último, segundo o autor, considerado um Leibniz chinês. Retornando à tradição ocidental, quando na Antiguidade tardia e no início da Idade Média se testemunham “tanto uma crítica ao conhecimento secular quanto uma perda desse tipo de conhecimento” (p. 43), a tarefa fundamental dos polímatas, devido às circunstâncias, mais do que acrescentar foi tentar preservar e reunir os documentos e saberes da tradição clássica.

O mundo islâmico também é contemplado nesse primeiro capítulo, com nomes de destaque entre os séculos IX e XIV (de acordo com a cronologia ocidental, como comenta o autor): Al-Kind (801-73) – posteriormente, estudado por aquele que é considerado um dos maiores polímatas (senão o maior) da humanidade, Leonardo da Vinci –, Ibn Sina (c.980-1037), Ibn Rushd (1126-98) e Ibn Khaldun (1332-1406). Estes e outros pensadores trouxeram novas contribuições à produção do conhecimento, fazendo com que, na Alta Idade Média, ou na Idade Média tardia, o desafio tenha sido “recuperar e dominar não apenas o antigo conhecimento grego que se perdera, mas também o novo conhecimento produzido no mundo islâmico” (p. 51).

Nesse período, a maior inovação se deu com a criação, a partir do século XI, das universidades, com maior notabilidade em Bolonha e Paris, que institucionalizaram o que Burke denomina de pacote de disciplinas. Ainda que tenha havido os “primeiros sinais de especialização, alguns estudiosos medievais deram continuidade à tradição polimática” (p.

51), entre os quais: o monge Hugo de São Vítor (c. 1096-1141), o frade dominicano Vincente de Beauvais (c. 1190-1264), os ingleses Robert Grosseteste (c.1175-1253) e Roger Bacon (c.1214-c.1292), e os dois polímatas medievais mais ambiciosos na percepção de Burke: o dominicano alemão Alberto, o Grande (Alberto Magnus, c.1200-1280) e frade catalão Raimundo Lúlio (1232-1316) que, trezentos anos depois, atrairia o interesse de Leibniz, considerado pelo autor o maior polímata do século XVII.

O segundo capítulo, *A era do “homem renascentista” – 1400-1600*, aborda o movimento hoje conhecido como Renascimento (que, se, por um lado, promoveu o ideal de polivalência ou do homem universal, do outro, suscitou o mito da universalidade) e a crescente quantidade de informação que passou a circular devido aos novos saberes oriundos da exploração marítima e terrestre e a invenção da imprensa, permitindo a circulação mais rápida de conhecimentos novos e antigos. No sentido estrito de polimatia utilizado por Burke, de estudiosos acadêmicos, segundo o autor, poucos dos multifacetados “homens renascentistas” na Europa deste período se enquadram nesse perfil. Foi uma época em que muitos artistas e engenheiros se situavam em uma posição semelhante aos acadêmicos, com frequência empregando técnicas de um campo a outro do conhecimento. Isso, segundo o autor, ajuda a demonstrar como “os polímatas contribuem para o conhecimento, transferindo ideias e práticas de uma disciplina a outra” (p. 73), como foi o caso, entre outros, de Filippo Brunelleschi e Leonardo da Vinci.

Considerado o maior exemplo do “homem renascentista”, Leonardo da Vinci, autodidata na maioria dos campos em que atuou, deixou quase sete mil páginas de anotações em seus cadernos. Voltou-se, por curiosidade, para o estudo da anatomia e a prática da dissecação, foi entusiasta da geometria e estudou ainda mecânica, hidráulica, química, botânica, zoologia, geologia e cartografia. Fez experimentos químicos, observações de plantas e do movimento da água, colecionou fósseis, calculou a idade das árvores através do exame de seus anéis, observou distintos animais e desenhou mapas. O lado negativo dessa vasta gama de interesses foram os fracassos também acumulados, ao não concluir muito de seus projetos – o que levou Burke a cunhar a expressão “síndrome de Leonardo”, em relação a polímatas que não “conseguiram completar seus projetos devido à dispersão de sua energia e interesses” (p. 79).

Mas é apenas sobre os “homens” renascentistas e polímatas que Burke trata em seu livro? E as mulheres? Neste capítulo o autor traz exemplos de mulheres instruídas e polímatas em períodos anteriores. Nesse caso, na Antiguidade tardia, ele dá o exemplo Hipátia de Alexandria, da abadessa alemã Hildegarda de Bingen e, na fronteira do final da Idade Média, para o início do Renascimento, Cristina de Pisano que, em 1405, escreveu sua obra mais conhecida, “Cidade das Mulheres” (*Cité des dames*), defendendo a capacidade feminina e apresentando algumas mulheres famosas do passado. Burke lembra que, no período da Europa renascentista, “as mulheres tinham de superar uma série de obstáculos, principalmente a exclusão da universidade – se não em princípio, na prática, graças à visão disseminada de que o conhecimento não era coisa para mulheres. Elas deviam se limitar aos trabalhos domésticos, ser mães ou freiras” (p. 81). As “mulheres renascentistas” mais

famosas por seu saber foram as italianas Isotta Nogarola, Laura Cereta e Cassandra Fedele, a alemã Caritas Pirckheimer, a espanhola Beatriz Galindo, a inglesa Margarida Roper e a francesa Marie de Gournay, provavelmente, a mais notável delas, segundo o autor, chegando a escrever “um polêmico tratado sobre a igualdade entre homens e mulheres” (p. 84).

O capítulo seguinte, *A era dos “monstros da erudição” – 1600-1700*, destaca, segundo Burke, a idade de ouro, dos polímatas. De sua lista de 500 nomes descritos no Apêndice, noventa e dois nasceram entre 1570 e 1669. Entre os homens, constam nomes, como: Francis Bacon, Hugo Grotius, Tycho Brahe, Johannes Kepler, Galileu, René Descartes, Pierre Gassendi, Blaise Pascal, Christopher Wren, Isaac Newton e Johan Heinrich Alsted Jan Amos Komenský, mais conhecido por Comenius. Entre as mulheres, estão: Marie de Gournay (comentada no final do capítulo anterior); Bathsua Makin; Anna Maria van Schurman; Isabel, a princesa Palatina; Margaret Cavendish; Cristina, rainha da Suécia; Elena Corner; e Juana Ramírez, mais conhecida como Sórora Juana Inés de la Cruz.

Para Burke, foi a presença de uma série de indivíduos denominados por Hermann Boerhaave de “monstros da erudição” que fez o século XVII ser chamado de era de ouro dos polímatas. Foram indivíduos que produziram em grande quantidade, abarcando diferentes disciplinas. Seus feitos ganham maior fascínio “quando se lembra que seu saber resultara da leitura à luz de velas e que seus livros foram escritos à mão, com uma pena” (p. 99). Na seleta lista de Burke, dos gigantes ou monstros da erudição, são mencionados Nicolau-Claude Fabri de Peiresc, Juan Caramuel, Olof Rudbeck, o Velho, Athanasius Kircher, Pierre Bayle e Gottfried Wilhelm Leibniz.

E o que explicaria o século XVII como a era de ouro dos polímatas? Segundo Burke, não se trata “do nascimento milagroso de gigantes (ou monstros)”, mas sim de “mudanças sociais e culturais” (p. 124) na época. A descoberta do Novo Mundo pelos europeus e um contato mais avançado com países asiáticos e africanos, assim como a chamada Revolução Científica com a introdução de novos instrumentos de estudo (como o telescópio e o microscópio) estimularam uma mudança qualitativa e quantitativa na produção do saber. Outro ponto que Burke chama atenção diz respeito ao aumento da correspondência entre acadêmicos na Europa, estimulado pela revolução nas comunicações e pela reorganização da chamada Comunidade do Saber ou República das Letras (*Respublica litterarum*). Outrossim, essa expansão do sistema postal ainda propiciou o surgimento de jornais e revistas, periódicos eruditos.

Com essa nova forma de comunicação, foi possível ter acesso a artigos eruditos, obituários de estudiosos, relatos de experimentos e resenhas de livros – na época um novo gênero literário –, o que possibilitou aos leitores maior atualização “com os acontecimentos do mundo do saber” (p. 127). A partir dessa revolução e expansão da comunicação, houve também uma crise do conhecimento, descrita por muitos dos estudiosos da época devido à quantidade de obras publicadas, à ansiedade provocada pela explosão do conhecimento e à sobrecarga de informação. Esses fatores levaram Burke a afirmar que o século XVII deve ser lembrado como a era de ouro dos polímatas, uma vez que, para as gerações

subsequentes, se tornaria mais difícil “viver de acordo com o ideal do conhecimento universal” (p. 130).

No capítulo quatro, *A era do “homem de letras” – 1700-1850*, percebemos que o século XVIII trouxe maiores complexidades aos polímatas, quando o termo passou a ter uma carga mais pejorativa devido às críticas recebidas por muitos de seus expoentes declarados como “charlatões”. O ideal de “polivalência não foi abandonado nesse momento, mas acabou sendo limitado, baixando a barra sobre a qual os candidatos ao título tinham de saltar” (p. 142). Foi quando surgiu o novo ideal de *gens de lettres* “(geralmente, mas nem sempre, homens)” (p. 143), que seria um “indivíduo que, além de escrever poemas, peças ou romances, fazia contribuições para as humanidades e mostrava interesse pelas ciências naturais” (p. 144). Nesse sentido, os *salons* e os periódicos culturais proliferaram e tiveram ainda mais importância no século XVIII.

Alguns nomes de destaque nesse período foram os de Montesquieu, Voltaire, Diderot, D’Alembert, Hume, Adam Smith, Samuel Johnson, Sir William Jones, Lorenzo Herváz y Panduro, Gaspar Melchor de Jovellanos, Benito Jerónimo Feijoo, Giambattista Vico, Carlos Lineu, Emanuel Swedenborg, Mikhail Lomonosov, Rudjer Bošković, Pedro de Peralta, Benjamin Franklin, Thomas Jefferson, Samuel Coleridge, Thomas De Quincey, Johann Wolfgang von Goethe, os irmãos Wilhelm e Alexander von Humboldt, Auguste Comte, Herbert Spencer, Karl Marx e Charles Darwin. Burke também destaca a presença de Émilie du Châtel, Maria Gaetana Agnesi, Germaine de Staël, Dorothea Schlözer, Mary Somerville, Harriet Martineau e Mary Ann Evans. Foi nesse período que uma outra crise do conhecimento se pronunciou, com o advento de novas instituições e universidades, o que incentivou as práticas de especialização.

No capítulo cinco, *A era da territorialidade – 1850-2000*, Burke descreve essa segunda crise, com a expansão do conhecimento acadêmico e a ascensão do “Estado da informação” por meio dos governos na época. Nas universidades, houve uma maior divisão departamental para incluir as novas disciplinas que se desenvolviam, quando temáticas de interesse estudadas por indivíduos de formação distintas passaram a se transformar em disciplinas autônomas de determinados campos. Essas novas disciplinas rapidamente se fragmentaram, a exemplo da história, que se dividiu em períodos (antiga, medieval e moderna) e se repartiu em história econômica e história da ciência. Outro exemplo que o autor menciona é a geografia, dividida em geografia física e geografia humana (que, no caso da segunda, logo se desmembraria em geografia econômica e geografia política, também conhecida como “geopolítica”). Nesse sentido, Burke ressalta ter ficado “mais difícil atravessar as fronteiras entre as disciplinas, o que produziu um cenário de “tribos e territórios acadêmicos” (p. 209).

À parte da crescente tendência à departamentalização e especialização do ensino universitário, outras instituições de conhecimento também se tornaram mais especializadas, com a criação de museus, sociedades, congressos e periódicos focados a algum campo específico. No entanto, esse movimento de especialização não demoraria para cindir sob suas bases, e o que havia sido uma resposta à sobrecarga de informações, logo passou a ser

percebido como um novo problema. Com isso, houve uma defesa em prol de uma formação pautada por saberes gerais, a fim de abarcar não apenas os detalhes do conhecimento, mas os possíveis padrões e o quadro geral que eles podiam fornecer. Ainda neste capítulo, Burke introduz alguns polímatas mais conhecidos entre os estudiosos contemporâneos, dividindo-os entre passivos, agrupados e seriais: H. G. Wells, Aldous Huxley, Max Weber, Jorge Luis Borges, Johan Huizinga, José Ortega y Gasset, Franz Boas, Marcel Mauss, Edmund Wilson, Sigmund Freud, Norbert Elias, Gregory Bateson, Georg Steiner, Alan Turing, Umberto Eco, Susan Sontag, Michel Foucault, Michel de Certeau, entre outros/as.

No capítulo seis, *Um retrato de grupo*, o autor retoma os anteriores, ressaltando algumas características gerais dos polímatas, fazendo uma análise e sintetizando seu argumento. Aqui ele destaca os seguintes traços identificados entre os nomes então citados: curiosidade, capacidade de concentração, boa memória, velocidade em assimilar diferentes tipos de conhecimentos e informações, imaginação, energia, inquietação, esforço e disciplina de trabalho, organização do tempo, competição e elementos lúdicos.

Já nos capítulos sete e oito, o autor prioriza o ambiente geográfico e social onde os indivíduos cresceram e grupos foram desenvolvidos, além dos estudos interdisciplinares – redes de relações que interferem e/ou estimulam uma prática polimática – e grupos multidisciplinares, por meio dos quais são trazidos à tona os projetos comuns, movimento que se tornou tendência internacional entre as décadas de 1960 e 1970 e permanece ativo em alguns lugares. Um fato relevante nesse sentido foi a abertura de estudos para grupos historicamente negligenciados, como negros, mulheres e latinos.



Susan Sontag | Imagem: [Reuters](#)

Burke finaliza seu texto sinalizando que atravessamos, hoje, uma terceira crise de conhecimento, com a quantidade exponencial de informação disponível na Internet e as transformações provocadas pela cultura digital, que nem sempre dá o tempo e as técnicas necessárias para que a informação se traduza ou se configure em conhecimento. Para os periódicos culturais, essa situação é ainda mais agravante, uma vez que o tempo de leitura que tais publicações necessitam não se adequam ao da velocidade cada vez maior de

notícias veiculadas e transmitidas em diferentes canais de informação e comunicação, como as redes sociais e os textos curtos. Ao se perguntar se os polímatas vão sobreviver nesse novo cenário social, Burke acentua que nessa “era de hiperespecialização, mais do que nunca precisamos desses indivíduos” (p. 367).

Ao final, e corroborando Carlota Boto, tem-se que a leitura “proporciona, a um só tempo, aprendizado e fruição” (2021, p. 170). A impressão que fica é a de que o autor britânico atendeu com méritos aos objetivos então propostos. Ao descrever tendências sociais e intelectuais que favorecem ou desfavorecem empreendimentos polimáticos, Burke dá uma +contribuição interdisciplinar a diferentes campos do conhecimento – mais acentuadamente aos estudos historiográficos, biográficos, linguísticos, sociológicos, antropológicos, filosóficos e pedagógicos –, situando figuras históricas e o relevo científico, social, político e cultural de suas produções, que não se limitam àquelas que os tornaram reconhecidos; na verdade, amplia, consideravelmente, o escopo, semelhante ao que os nomes listados e apresentados em sua obra fizeram. Mas Burke oferece ainda outras vantagens ao leitor que também quer narrar experiências de polímatas. Em breves passagens, ele literalmente ensina a evitar anacronismos, combinar generalizações com estudos de caso, expressar êxitos e fracassos, honestidades e charlatanismos intelectuais e, principalmente, ensina a esboçar classificações absolutamente interessadas ao historiador, no sentido de tornar a escolha das fontes a mais produtiva e lógica possível. Tais ensinamentos, porém, só farão sentido se o leitor não conceber a história dos polímato como uma experiência evolutiva, da erudição à especialização (do século XV ao século XX), como podem sugerir a designação e a periodização do plano da obra.

Sumário de *O polímata*

Introdução: O que é um polímata?

1 Oriente e Ocidente

2 A era do “homem renascentista” – 1400-1600

3 A era dos “monstros da erudição” – 1600-1700

4 A era do “homem de letras” – 1700-1850

5 A era da territorialidade – 1850-2000

6 Um retrato de grupo

7 Hábitats

8 A era da interdisciplinaridade

Coda: rumo a uma terceira crise

Apêndice: quinhentos polímatas ocidentais

Referências bibliográficas

Leituras complementares

Resenhista



José Douglas Alves dos Santos é doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, onde também possui graduação em Pedagogia. Pesquisador do O Núcleo Infância, Comunicação, Cultura e Arte (NICA/UFSC) e escritor fatimense, publicou, entre outros trabalhos, *Interseções entre cinema, educação e ensino de história* (em coautoria com Marizete Lucini); *Ciência, educação e sociedade: uma leitura sobre “O menino que descobriu o vento”* (em coautoria com Machaia M. Mualaca); *O cinema como elemento formativo cultural: articulação de narrativas, estéticas e memórias em Fátima/BA* (em coautoria com Jonielton Oliveira Dantas); *O palácio da memória, ou: da arte de contar histórias*; e *Cartas às crianças do futuro: narrativas sobre a pandemia Covid-19* (em coautoria com Monica Fantin). ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0393956017972311>; ID Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7263-4657>; E-mail: jdneo@hotmail.com.

Para citar esta resenha

BURKE, Peter. *O polímata: uma história cultural – De Leonardo da Vinci a Susan Sontag*. São Paulo: Editora Unesp, 2020. 495p. Trad.: Renato Prelorenzou. Resenha de: SANTOS, José Douglas Alves dos. História cultural de grandes pensadores. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, p.36-44 maio/jun. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Itamar Freitas | Foto: [Adilson Andrade/Ascom-UFS](#)

Título dissimulado – Resenha de *Uma brevíssima história da UFS*, de Itamar Freitas

Anita Lucchesi (UL/RBHP)

Resumo: *Uma brevíssima história da UFS*, de Itamar Freitas, visa relatar a intervenção de 2020 na UFS. O livro carece de análise pessoal do autor, envolvido nos eventos, o que empobrece a narrativa. Contudo, oferece leitura crítica, didática e documental sobre dois dias marcantes da instituição.

Palavras-chave: intervenção; Universidade Federal de Sergipe; Itamar Freitas; história tempo presente.

Como afirmo acima, o título é dissimulado, mas não enganador. *Uma brevíssima história da UFS* não faz o percurso clássico da fundação da Universidade Federal de Sergipe, nos idos de 1968, aos dias atuais, empregando narrativa curta ou suporte de poucas folhas. O breve tem a ver com o recorte temporal. É uma história de dois dias de experiência da instituição. Os dias de anúncio da intervenção e da posse da interventora – Liliádia da Silva Oliveira – designada pelo ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, ocorrida em 23 e 24 de novembro de 2020.



Conversei com o autor a respeito do gracejo do título e ele me explicou se tratar de um texto produzido para a sala de aula, destinada às suas turmas de História da Educação em Sergipe. A disciplina ganha um tema a cada período e tem orientação ativa, no que diz respeito à pesquisa histórica. Os alunos não apenas leem histórias da educação, mas também são convidados a escreverem histórias ou memórias sobre a sua experiência educacional, como faz o professor Fábio Alves, na disciplina Introdução à História da Educação. Naquele período, o tema era a Universidade Federal de Sergipe. Assim, uma das tarefas dos alunos era escrever narrativas

sobre objetos de natureza diversa que retratassem experiências da e/ou na Universidade. Poderia ser a história de um aluno, um grupo de alunos, um professor, uma autobiografia, uma memória, a história de uma edificação, de um grupo de animais que circulam o campus ou uma efeméride.

De início, os alunos resistiram à proposta. Escrever é difícil, diziam eles, e escrever história é ainda mais complexo para quem não tem formação. Além disso, como declara o professor, os alunos duvidavam da possibilidade de escrever a história de uma edificação, de um animal e de narrar dois dias de história da Universidade. Era pouca coisa e coisa estranha para uma narrativa histórica séria. Foi então que o Itamar Freitas (o professor) tomou o comentário dos alunos como provocação e escreveu duas narrativas durante o curso, exatamente sobre os objetos que os alunos julgaram mais inusitados. Na primeira ele tratou da experiência de um animal. Assim nasceu o livreto *Memórias de um gato “sem nome”*, que retrata a vida de um dos mais de 300 felinos que moram no Campus de São Cristóvão. Na segunda, ensaiou contar os acontecimentos do que considerou “dois dias trágicos” na vida da instituição. Foi dessa forma que a *Uma brevíssima história da UFS ganhou corpo e foi lida pelos alunos como mais uma possibilidade de aprender a contar histórias da educação, ao invés de somente lê-las.*

Do primeiro livro não tratarei aqui por ser uma ficção histórica (já que gato não produz autobiografia). Também não tenho competência para aquilatar o valor da obra. Basta deixar registrado que o livro problematiza com ironia o abandono dos gatos no Campus de São Cristóvão. Discute os costumes antigos de abandonar os bichanos longe de casa, no mato, na estrada e até mesmo na Universidade. O livro também narra os sofrimentos dos felinos, as iniciativas de auxílio e as agruras dos gatos nos tempos de pandemia e fornece um bom depoimento sobre o problema dos maus tratos aos animais. Desse livro, tenho certeza,

várias pessoas terão o muito a dizer nos próximos meses. O que me interessa da experiência do professor Freitas é mesmo o segundo livro, que é “brevíssimo” no recorte temporal, mas também no suporte. São 28 páginas que, em outros tempos, não seriam considerados livro por não haver nele as 49 páginas prescritas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Sete seções constituem a obra, intituladas com metáforas religiosas. Em “Ela está no meio de nós”, Freitas narra a chegada da notícia da intervenção. Em “Anunciando a boa nova”, descreve a repercussão da notícia no veículo oficial da UFS e, principalmente, nos jornais *Online*, como o *Hora News*, *Aju*, *News*, *JL Política*, o portal *G1 SE*. Na terceira seção – “Todos juntos a uma só voz”, o autor recupera impacto da notícia sobre as direções do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação da UFS (SINTUFS), da Associação dos Docentes da UFS (ADUFS) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFS). Em “A raiz de todo o mal” e “Ocupar e resistir...ao Diabo!” são discutidas as teses sobre os condicionantes, os atores e as causas da intervenção. As duas seções finais – “Felizes os convidados” e “vigiai e orai...porque a carne é fraca” – tratam da cerimônia de posse da interventora.

O autor deixa evidente que o advento de intervenção na UFS não foi compreendido em sua dimensão traumática; foi antes lido como parte do processo eleitoral pelos envolvidos. Em lugar de olhar a instituição e a representatividade do ato, ganhou projeção a continuidade da luta pela indicação de um dos nomes da lista tríplice para reitor que, nos dias estudados no brevíssimo livro, já circulava oficialmente pelo Ministério da Educação.

O livro peca pela ausência de uma perspectiva que considero importante: a do próprio autor. Afinal de contas, naqueles dias tensos e trágicos, ele exercia a função de pró-reitor de gestão de pessoas na Universidade. Ao compor a alta gestão da instituição, Freitas, como poucos, pode acompanhar os bastidores da chegada da intervenção. Talvez o autor tenha procurado evitar assim um tom panfletário ao seu texto. Ora, mas ele reúne todas as condições para realizar a análise daquele momento, tal qual o fez Marc Bloch (guardadas as devidas proporções) quando escreveu o clássico “A Estranha Derrota” (1940), livro em que analisa, considerando a sua própria experiência pessoal e profissional, as motivações para a queda da França e sua ocupação pelos nazistas em 1940.

Mas, diferente de Bloch, não faltariam a Itamar Freitas “documentos” e “condições técnicas” (2011:41) para ampliar a análise e para aprofundá-la. Assim sendo, discordo do autor por esse silenciamento. Certamente as suas observações sobre o problema, confrontadas com os registros que ele mesmo apresenta no pequeno texto, enriqueceriam a análise de dois dias tão complexos e delicados na história da única universidade pública de Sergipe.

O livro, porém, tem o mérito de fugir ao discurso sentimental, raivoso, eleitoreiro. Em lugar de buscar bodes expiatórios, o autor aponta a pressa de determinadas tomadas de posição, a falta de leitura da realidade, a rapidez das colaborações diante da implantação do novo corpo diretivo, as negociações subterrâneas.

Além disso, a ilustração de Alberto Alcosa completa sugestivamente o texto. As gravuras, em preto e branco, ora insinuam, ora tudo dizem na narrativa, como na imagem abaixo, onde vários personagens e situações são referidos em uma única representação, sintetizando a convergência de posições sobre o evento.



Ilustração de Alberto Alcosa para *Uma brevíssima história da UFS* (Freitas, 2021, p.10-11)

A “Brevíssima História” pode, assim, ser usada didaticamente como um exemplo do que pode ser uma interpretação da história do tempo presente. E não por conta do curto espaço de tempo ou pela proximidade cronológica, mas pela capacidade de analisar problemas que persistem e pelo convite ao entendimento das demandas sociais dirigidas aos historiadores.

Com professora e cidadã, penso que estudantes de história e interessados por textos que se proponham a análises do tempo presente ganhariam muito ao ler a obra pelo fato de que ela ensina, tal qual o livro do citado Bloch, como narrar problematizando a crise que se vivencia. No caso do texto de Freitas, ao ser personagem dos dois dramáticos dias de instauração da intervenção na UFS, o autor coloca o seu papel de historiador e a história como prioridade para a interpretação do desastre. E, em lugar dos manifestos ou de declarações temperadas pela indignação por não ser o(a) felizardo(a) com a indicação presidencial na lista tríplice formada para o cargo, traz a análise lastreada por documentos, pela atenção escrupulosa às regras do ofício. A obra está disponível em suporte impresso (com o autor) e digital, aqui mesmo ao final desta resenha e é uma excelente leitura para este mês em que a instituição faz mais um aniversário.

Referências

BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

Sumário de *Uma brevíssima história da UFS*

Ela está no meio de nós
Anunciando a boa nova
Todos juntos a uma só voz

A raiz de todo o mal
Ocupar e resistir... ao Diabo!
Felizes os convidados
Vigiai e orai...porque a carne é fraca

Resenhista



Anita Lucchesi é doutora em História (Universidade do Luxemburgo) e especialista em História digital e História pública. Faz parte da Rede Brasileira de História Pública e comitê diretor da Federação Internacional de História Pública. Publicou, entre outros trabalhos, *O laboratório da história pública digital: aprender entre experimento e negociação* (2021), *Learning by Doing: Introducing Students to Public History through Digital Projects* (2019), *Por um debate sobre História e Historiografia Digital* e o verbete “Novas Tecnologias” no *Dicionário do Ensino de História* (2021). ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2768895341773857>; ID Orcid:

<https://orcid.org/0000-0002-8523-111X>; E-mail: anita.lucchesi@gmail.com.

Para citar esta resenha

FREITAS, Itamar. *Uma brevíssima História da UFS*. Aracaju: Criação, 2021. Ilustrado por Alberto Alcosa. Resenha de: LUCCHESI, Anita. Título enganoso. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, p. 37-49, maio/jun. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Cândida Oliveira | Foto: [Adilson Andrade/Ascom UFS](#)

História, Memória e Fotografia – Resenha de “Lentes, memórias e histórias: os fotógrafos Lambe-Lambes em Aracaju (1950-1990)”, de Cândida Oliveira

Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS)

Resumo: *Lentes, memórias e histórias*: os fotógrafos Lambe-Lambes em Aracaju (1950-1990), de Cândida Oliveira, investiga memórias e ofício dos lambe-lambes. Exagera na introdução histórica e apresenta falhas redacionais, mas valoriza a história oral, propõe o ofício como patrimônio imaterial e amplia o debate sobre memória urbana.

Palavras-chave: fotografia; Cândida Oliveira; memória urbana.

Lentes, memórias e histórias: os fotógrafos Lambe-Lambes em Aracaju (1950-1990) é o livro de Cândida Oliveira, jornalista e mestre em História, lançado no final do ano passado. O livro é produto de dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Sergipe, em 2020, sob a orientação do professor Claudefranklin Monteiro Santos, e sob o crivo da seleta banca: os também professores Antônio Lindvaldo Souza e Edna Maria Matos Antonio, da Universidade Federal de Sergipe, e Severino Vicente da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco.



O subtítulo que enuncia o objeto do livro é curioso para muitos. A expressão “lambe-lambe” está dicionarizada como “fotógrafo ambulante” e designa, literalmente, um dos atos da sua produção: “testar [com a língua] qual era o lado do papel fotográfico que tinha a emulsão” para não correr o risco de perder o “foco” e a “nitidez” da fotografia (Moraes, 2013, p.166). Esse processo e a estratégia de capturar imagens e vendê-las imediatamente, nas ruas, praças ou em estabelecimentos provisórios, disseminou-se na passagem do século XIX para o XX – e não é improvável que sobreviva em muitos lugares do Brasil. Cândida Oliveira já pesquisava esse assunto desde 2005, revelando conhecimento do objeto de pesquisa e convívio com os fotógrafos entrevistados, o que lhe deu a empatia necessária para a utilização da metodologia da história oral.

Essa investigação me interessou duplamente. Como fotógrafo amador e especialista em memória local, me chamou a atenção o valor que uma jornalista profissional atribuiu à relação memória, história e fotografia, partindo da experiência de trabalhadores que, há poucas décadas, ocupavam aquele final da avenida Coelho e Campos, no centro de Aracaju, servindo a baixo custo e de modo rápido.

O segundo ponto de interesse foi o potencial heurístico que as fotografias ocupam no ofício do historiador. As relações entre fotografia e história têm sido objeto de reflexões em torno dos critérios operacionais de pesquisa e análise das fontes, bem como sua interpretação como documentos históricos portadores de múltiplas significações. Para Boris Kossoy (1989), as fontes fotográficas devem ser questionadas por parte do sujeito do conhecimento em relação ao objeto da investigação, seja no que diz respeito à reconstituição do processo que deu origem ao documento em si, seja à devida interpretação do fragmento visual da realidade passada nele contido. As imagens capturadas mundo afora “são documentos para a história e para a história da fotografia”. A pesquisa histórica que utiliza essas fontes, afirma o autor, não pode “prescindir dos conhecimentos advindos das histórias da técnica fotográfica e dos fotógrafos, aqui entendidos como autores daquelas fontes que atuaram em diferentes períodos” (Kossoy, 1989, p. 16, 20).

O livro de Cândida Oliveira se insere, nesse debate, a partir dos fotógrafos lambe-lambes que atuaram (e atuam) no centro urbano de Aracaju, na capital do estado de Sergipe, no período de 1950 a 1990. Utilizando-se da metodologia da história oral, ela reconstruiu os lugares de ofício dessa categoria profissional na praça General Valadão e no Mercado

Central, no contexto das transformações urbanas do centro histórico da cidade. Ao mesmo tempo, expôs os desafios enfrentados por esses profissionais ante os avanços tecnológicos que tornaram a câmera fotográfica acessível para amplos setores sociais.

Quem, como eu, já chegou aos cinquenta anos, sabe bem diferenciar aquela grande caixa de madeira que acondicionava uma máquina fotográfica e viabilizava a produção da foto em laboratório ambulante e um pequeno *chip* que captura imagens e os reproduz, instantaneamente na tela de um *smartphone*. Essa leitura sob o ponto de vista das mudanças tecnológicas se aproxima da pesquisa que desenvolvi na década de 1990 sobre os barbeiros nessa área urbana, em que foram tomados como símbolos da resistência às transformações do mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, proporcionaram uma contribuição para a História de Aracaju, por um ângulo pouco comum, na historiografia sergipana (Sá, 2021, p. 74-88).

A busca pela “origem da fotografia na história moderna” e da história da fotografia no Brasil, nos capítulos iniciais, acabou por tomar quase a metade da publicação, preterindo a parte mais importante de sua contribuição que foi a conformação do ofício profissional com a descrição do maquinário utilizado e a identificação dos fotógrafos lambe-lambes na segunda metade do século XX, bem como a composição do seu cenário de atuação na Praça e no Mercado, com o atendimento da população mais pobre no centro urbano da cidade.



Foto Oití, na Av. Coelho e Campos, Aracaju (SE) | Acervo: [Junior Gomes](#)

Pela escrita da autora, somos informados de que o aprendizado do ofício era realizado, a partir da tradição familiar e da transmissão oral, comunicando os conhecimentos da montagem do equipamento e do processamento fotográfico pelas caixas de madeira com uma lente apoiada em um tripé. A fala de um dos fotógrafos, Salatiel Eduardo dos Santos, é emblemática sobre os ensinamentos do ofício por seu pai, fundamental para se tornar, posteriormente, fotógrafo do jornal *Gazeta de Sergipe* (p. 129).

O pano de fundo da crise do ofício foi identificado pela historiadora. Ela descreve o processo de modernização do centro urbano, as constantes transferências de lugares para o exercício do ofício, deixando clara a exclusão dessa categoria profissional por parte das

ações da Prefeitura Municipal de Aracaju em diferentes momentos históricos, seja por conta da retirada da Praça General Valadão para a Avenida Coelho e Campos, em 1969, seja na reforma do Mercado Central, durante o mandato de João Augusto Gama (1997-2000).

Mesmo preteridos do processo de modernização urbana, com constantes expulsões dos lugares de atuação, os fotógrafos lambe-lambes sobrevivem, aos trancos e barrancos, nos últimos anos, no box n. 43 no Mercado Central da cidade. Hoje, são apenas três. Os fotógrafos agora utilizam câmeras digitais, adaptando-se ao mundo digital que lhe tomou parte considerável de sua clientela. Apesar das dificuldades advindas com a democratização da fotografia, os retratistas representam a resistência ao esmagamento da vida cultural de setores populares, ocasionado pelas intensas modificações sociais e econômicas, num processo de modernização excludente. No geral, são aposentados que precisam complementar as parcas rendas familiares de um salário de aposentadoria, exercendo seu ofício em condições precárias em um “ambiente insalubre, sem higienização, sem dignidade”, conforme resumiu Cândida Oliveira (p. 137).

A narrativa se encerra com a inclusão da pandemia dos dois últimos anos. Soa estranho ao corpo do texto, já que não faz parte da periodização proposta no plano de redação. Essa passagem reitera a falta de assistência do poder público municipal a esses profissionais da fotografia. Apesar de justificada, penso que esse trecho estaria melhor posicionado como um posfácio. Outro dado destoante do valor da obra está no trabalho de copidescagem. Há problemas redacionais no corpo do texto, como, por exemplo, a manutenção da palavra “dissertação” em várias partes, bem como a forma inadequada de referência das fontes, com relação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O livro, contudo, apresenta duas contribuições importantes à vida dos fotógrafos e à pesquisa sobre a memória: em primeiro lugar, a autora não se encerra na denúncia. Ela é propositiva quando defende a transformação do ofício em patrimônio imaterial. A iniciativa é plausível e viável e penso que o livro contribuiu, decisivamente, para avivar o debate sobre memória, patrimônio e cultura urbana. Em segundo lugar, o livro, ricamente ilustrado, é uma contribuição significativa para o desenvolvimento de novas abordagens da história do trabalho, em Sergipe, ressaltando a importância da metodologia da história oral para a promoção de uma nova concepção de história, uma interpretação clara de que todos, cidadãos comuns, somos parte do mesmo processo.

Referências

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989 (Coleção Princípios).

Michaelis. *Dicionário de Português Brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/lambe-lambe/> > Consultado em 07 abr. 2022.

MORAES, Rubens Nunes. De fotógrafo à retratista lambe-lambe. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*. Morrinhos, v.4, n.1, p.163-177, jan./jun., 2013. Disponível

em <https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/1450> Capturado em 04 abr. 2022.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *À Margem da História Contemporânea de Sergipe: Memória e Democracia*. Aracaju: Editora Criação, 2021.

Sumário de *Lentes, memórias e histórias: Os fotógrafos Lambe-Lambes em Aracaju (1950-1990)*

Introdução

1. Uma abordagem sobre a origem da fotografia na história moderna e as suas transformações
2. Nos clichês da fotografia: breve relato sobre a fotografia no Brasil e sua incorporação em Sergipe
3. Lembranças de um passado-presente: por meio das narrativas dos fotógrafos lambe-lambe

Considerações finais

Fontes

Resenhista



Antônio Fernando de Araújo Sá é doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB), professor do Departamento de História e do Mestrado em História da Universidade Federal de Sergipe e editor da *Ponta de Lança*— Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura. Publicou, entre outros títulos, *Rio Sem História? Leituras sobre o Rio São Francisco* (2018) e *Entre sertões e representações: ensaios e estudos* (2021). E-mail: fernandosa1965@gmail.com.

Para citar esta resenha

OLIVEIRA, Cândida. *Lentes, memórias e histórias: Os fotógrafos Lambe-Lambes em Aracaju (1950-1990)*. Aracaju: EDISE, 2021. Resenha de: SÁ, Antônio Fernando de Araújo. História, Memória e Fotografia em Aracaju. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, p.50-54, maio/jun., 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).